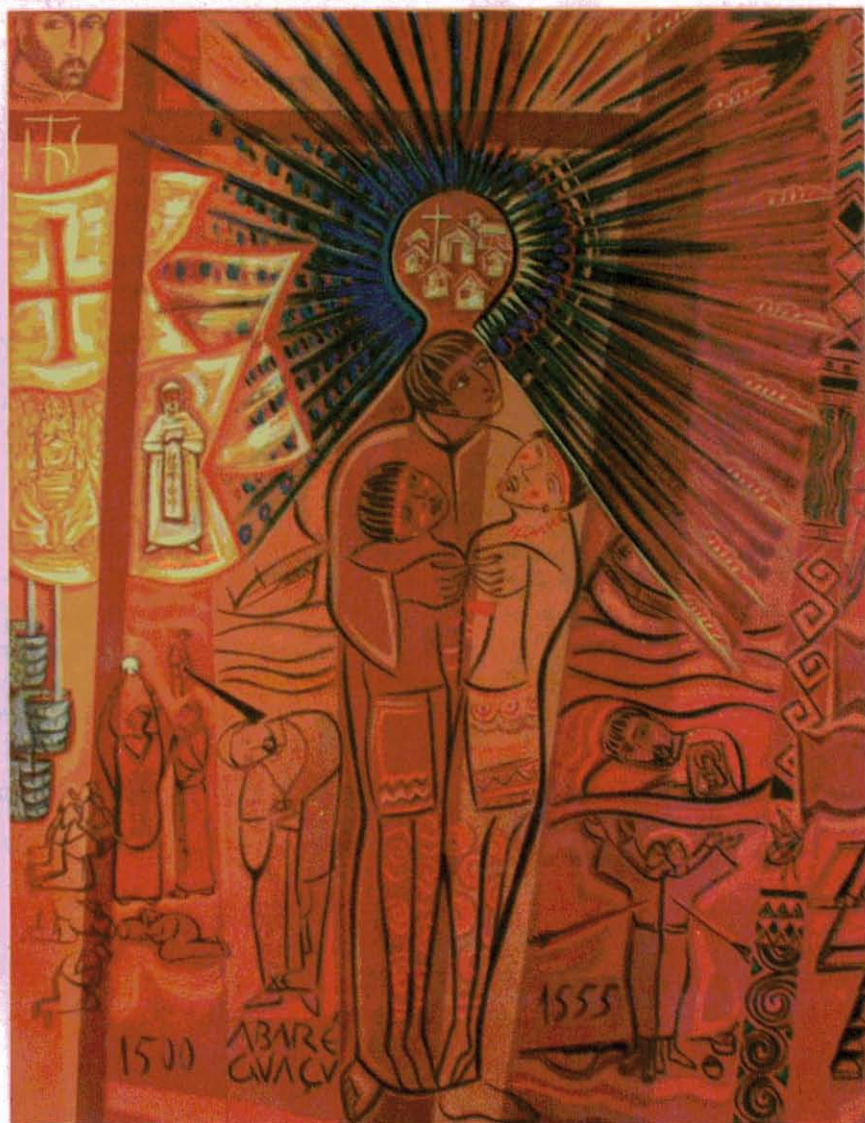


convergencia

JUN — 1991 — ANO XXVI — Nº 243



- **EDUCAÇÃO E VIDA RELIGIOSA: PERSPECTIVAS**
Pe. Leandro Rossa, SDB — página 281
- **MUNDOS CULTURAIS EM MUDANÇAS E VR**
Pe. Pedrinho A. Guareschi, CSSR — página 297

CONVERGÊNCIA

Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:

Pe. Edênio Valle, SVD

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB

(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:

Pe. Atico Fassini, MS

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, CF

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO - RJ.

Assinaturas para 1991

Brasil, taxa única:

terrestre ou aérea Cr\$ 4.600,00

Exterior: marítima US\$ 38,00

aérea US\$ 48,00

Número avulso Cr\$ 460,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivre S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa Capa

Detalhe do mural de Cláudio Pastore 500 Anos de Evangelização do Brasil, em Vila Kostka, Itaipu, SP. Eis como o descreve o Pe. J. Ramón F. de la Cigofia em seu livro 'Arte em Itaipu': "No século XVI a figura-destaque é a do Pe. José de Anchieta (chega ao Brasil em 1553 e morre em 1597), abraçando, fraternalmente, a dois índios: Tibiricá e Caiubi, batizados pelos primeiros jesuítas. A Evangelização autêntica acolhe o diverso. Anchieta abraça os dois índios como abraçando todo o Brasil. A glorificação de Anchieta, simbolizada pelo cocar indígena e um aldeamento (fundação de São Paulo), é a causa do índio. Três belos pássaros "guarás" são lembrados, pois a tradição diz que eles, com suas asas, faziam sombra ao grande missionário, quan-

do este caminhava pelas praias sob um sol escaldante. Embaixo aparece a Primeira Missa no Brasil com os franciscanos à sombra da grande cruz. Aliás, a Cruz é outro símbolo fundamental retomado pelo artista diversas vezes. Não esqueçamos que o Brasil é a "Terra de Santa Cruz". Perto aparece a figura do primeiro bispo do Brasil (diocese de Salvador) dom Pero Fernandes Sardinha, o "Xe Abaré Guaçu", que, em tupi, quer dizer "eu pai grande", isto é, bispo. O seu mandato foi muito curto. Pedido pelo Pe. Nóbrega ao Rei dom João III de Portugal, logo implicou com os métodos catequéticos dos jesuítas por serem muito adaptados à realidade concreta do índio. Ele achava que a catequese tinha de ser mais "européia". Quando voltava para Portugal sua nave naufragou e chegando à praia os índios o mataram com uma foice francesa e, depois, o devoraram. Na data de 1555 surgem os primeiros mártires do Brasil, dois irmãos jesuítas, Pero Corrêa, grande senhor e antigo escravagista de índios (convertido depois de ouvir um dos sermões do pobre Leonardo Nunes) e João de Souza, cozinheiro, que foram flechados. Acima aparece o mártir do Beato Inácio de Azevedo, segurando seu quadro da Virgem Maria, quando foi afogado no mar com mais 39 companheiros jesuítas em 1570, pelos huguenotes (calvinistas)".

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DP.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL 257

INFORME DA CRB 259

EDUCAÇÃO

E VIDA RELIGIOSA:

PERSPECTIVAS

Pe. Leandro Rossa, SDB 281

MUNDOS CULTURAIS

EM MUDANÇAS

E VIDA RELIGIOSA

Pe. Pedrinho A. Guareschi, CSSR 297

CELEBRANDO O CENTENÁRIO

DA RERUM NOVARUM.

LEONARDO MURIALDO

E A QUESTÃO OPERATÓRIA:

1828 — 1990

Pe. Geraldo Boniatti 314

EDITORIAL

"Jesus Cristo: ontem, hoje e sempre" (Heb. 13,8)

1. Neste editorial quero referir-me a dois raios de luz, de natureza diversa. O primeiro é de alguém que nos deixou faz pouco: **Pedro Arrupe**, ex-Geral dos Jesuítas. O Senhor o chamou em pleno Ano Inaciano. Durante 17 anos ele dirigiu a maior Congregação do mundo, em meio a uma procela. Arrupe foi, antes de tudo, uma testemunha convincente. "Falava desde a vida", li em um comentário. Não se poderá escrever a história da Vida Religiosa contemporânea sem se sublinhar o seu testemunho, sua ação objetiva, seu caminho martirial. Este homem cravado por anos e anos à cruz de uma dolorosa enfermidade e inação, permanecerá como um foco de luz. É um dos grandes santos de nossa época. Nós Religiosos e Religiosas do Brasil, lhe devemos muito. Do céu ele nos acompanha com o mesmo vivo interesse que teve em vida.

2. O segundo raio de luz nos vem do **novo objetivo geral da ação pastoral** da Igreja do Brasil proposto pelos nossos Bispos: **"Evangélizar, com renovado ardor missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna, à luz da evangélica opção preferencial pelos po-**

bres, para formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança, nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo". Este objetivo é iluminado e direcionado pelo lema tirado de Heb. 13,8: **"Jesus Cristo, ontem, hoje e sempre"**.

Da leitura do novo objetivo geral, já se pode perceber que a Igreja, nos próximos anos, concentrará todo seu esforço "com renovado ardor missionário" no trabalho da evangelização, centrada no anúncio da perene e sempre nova centralidade da Boa Nova que é Jesus Cristo. Este marco fundamental rumo ao Reino, passa por uma dupla e inseparável construção: a da "comunhão fraterna" e a "da construção de uma sociedade justa e fraterna". Da caminhada já feita levanta-se e confirma-se como pista luminosa "a evangélica opção preferencial pelos pobres", tão cara a nós Religiosos e Religiosas e à qual ainda nos resta nos convertermos, para melhor realizar este "serviço da vida e da esperança, nas diferentes culturas", ao qual a Igreja conclama todo o povo de Deus.

3. Ainda é cedo para se avaliar o significado da 29.^a Assembléia Geral da CNBB. Ela marcará os anos vindouros pois dela nascerão as definições das "Diretrizes" para o próximo quadriênio. O texto das "Diretrizes" será elaborado pelo Conselho Permanente. Só dentro de alguns meses o teremos em mãos. Neste interim, reunir-se-ão em Itaipá representantes de todos os organismos da Igreja, para refletir sobre o testemunho evangelizador de cada um dos segmentos que nascem da fé e do batismo, como elementos constituintes do único povo de Deus. Trata-se da **"Assembléia dos Organismos do Povo de Deus"**, reunindo, em início de junho, os Bispos recém-eleitos para a Presidência e a CEP, junto com 180 leigos (representando o Conselho Nacional de Leigos, os movimentos, associações, pastorais e CEBs), 35 Presbíteros, 35 Religiosos(as), 10 Diáconos e 10 membros de institutos seculares. Ao todo serão cerca de 300 pessoas. Além de tomar conhecimento e de apro-

fundar o sentido do objetivo geral e das linhas mestras das "Diretrizes", este grupo representativo, oferecerá sugestões para a redação final do texto e, especialmente, aprofundará a consciência da corresponsabilidade de todos na evangelização, estabelecendo estratégias de implementação das "Diretrizes" junto às bases de cada organismo de Igreja. Trata-se de algo promissor e inédito em nossa Igreja. A CRB, comparecerá com os seus Diretores Nacionais (11), com representantes das 17 Regionais e com mais oito pessoas escolhidas das bases e dos grupos de reflexão.

Este contacto intereclesial nos poderá ajudar a caminhar com mais lucidez na discussão em torno do tema previsto para a 16.^a Assembléia Geral da CRB: "Vida Religiosa: eclesialidade e missão". Nossa revista informará os leitores sobre os passos que irão sendo dados.

Pe. Edenio Valle, SVD
Presidente Nacional da CRB

Força & Violência

A diferença, entre tantas outras e tão vastas diferenças, entre a força e a violência é esta: a medida. VIOLÊNCIA é força sem medida, caracterizada pela desproporção entre meios e fins. FORÇA é violência como medida necessária para restabelecer a ordem. Certo ou errado? (Pe. Marcos de Lima, SDB).

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ASSEMBLÉIA DO COMINA MOÇÕES APRESENTADAS E APROVADAS EM PLENÁRIO PARA 1991

01. Que o tema de reflexão no COMINA/91 e nos COMIRES seja: "IGREJA LOCAL, SUJEITO DA MISSÃO", no estilo de reciprocidade, tendo a Eucaristia como força para a partilha e mundialidade.

02. A partir do COMILA-4, a Linha 2 procure maiores contatos com o DEMIS e outros organismos e promova a criação de uma Equipe de Reflexão Teológica Missionária, seja nacional e/ou continental.

03. A Linha 2, através do COMINA, promova uma avaliação sobre os cursos do CCM; veja a possibilidade de uma Equipe de Reflexão Teológica, ligada a CRB, sobre a dimensão "Além Fronteiras", e estude a possibilidade do curso intensivo de atualização missiológica que possa ser aproveitado pelos missionários do Projeto Além-Fronteiras.

04. A Linha 2 favoreça e estimule a participação dos Bispos que têm povos indígenas no território de suas Dioceses, nos encontros de pastoral indigenista (CIMI).

05. Os COMIRES incentivem a inclusão da DIMENSÃO MISSIONÁRIA, em colaboração com a CRB, nos cursos dos Postulinter, Juninter e Novinter e nos seminários.

06. As POM e Linha 2, através dos MCS, motivem as produtoras de material da CF/92 quanto à inclusão da dimensão universal e ofereçam colaboração para isso.

07. As POM e Linha 2, sobretudo pelos MCS, estudem e viabilizem a preparação de material audiovisual, dentro do material da Campanha missionária/91 e seguintes.

08. A Linha 2 Nacional e Regional mantenha maiores contatos com a AEC e PJ em vista de maior animação missionária nas Escolas.

09. A Linha 2 Nacional e Regional mantenha maiores contatos com a PJ em vista de maior animação juvenil.

10. Os COMIRES incentivem as Igrejas Particulares para que seja designado um agente de pastoral, "sacerdote, religioso ou leigo", encarregado da dimensão missionária nas próprias dioceses (Doc 40, 124).

11. OS COCIREs:

— Incentivem as Igrejas Particulares para que tenham uma Equipe de Animação Missionária para articulação

das atividades missionárias (Doc 40, 124).

— Estimulem os seminários maiores e os institutos de teologia para leigos para que incluam na "Ratio Studiorum" a disciplina de missiologia.

— Conscientizem e estimulem os agentes de pastoral para que todas as pastorais sejam animadas pelo espírito missionário.

— Anímem as Igrejas Particulares ou Regionais da CNBB para que os programas "Igrejas Irmãs" sejam revitalizados, e para que seja incentivado e apoiado o projeto Igreja Além-Fronteiras (Doc 40, 125, 117).

— Estimulem as Igrejas Particulares a investir mais na formação missionária dos leigos.

12. Que a Linha 2 e as POM fortaleçam os COMIRES existentes e estimulem a criação de novos Comires onde ainda não existem, constituindo equipes executivas que possam ser um ponto de referência.

13. Que a Linha 2, através dos Institutos Missionários, promova um Encontro de Missionários Brasileiros que atuaram em missão "Além Fronteiras" e retornaram ao Brasil, para troca de experiências e avaliação.

14. Que o Bispo responsável da Linha 2, juntamente com os Organismos Missionários, estude a possibilidade de que o COMLA-5 seja realizado no Brasil.

15. Que a Linha 2 e o COMINA apoiem e colaborem com a CRB Nacional na realização de um seminário sobre a missão "Além Fronteiras".

DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO

Os participantes da III CONSULTA ECUMÊNICA LATINO-AMERICANA, realizada em SÃO PAULO, Brasil, de 18 a 23 de janeiro de 1991, agentes de Pastoral Indígena, negros e observadores da Pastoral da Terra do Brasil, oriundos das nacionalidades originárias Aymara, Baniwa, Wauham, Guarani, Inga, Kaingang, Kagchikel, Mapuche, Mixteco, Miskito, Nahuatl, Kiche, Tereña, Totonaca, Wichi e Zapoteco, procedentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, membros das Igrejas Anglicana, Católica, Unida, Luterana, Metodista, Morava e Presbiteriana, em fraterna e solidária convivência, nos reunimos para refletir sobre nossa presença, serviço e compromisso junto aos Povos Originários, na proximidade do V século de presença das Igrejas no Continente,

DECLARAMOS:

— Que os 45 milhões de indígenas, depois de 5 séculos de genocídio, etnocídio e toda classe de discriminações, juntamente com outros povos historicamente empobrecidos continuam padecendo brutais atropelos. Levamos em conta a ação de extermínio ao serem invadidos e explorados irracionalmente nossos territórios, nossos recursos naturais, nossas terras. Especialmente sofre esse despojamento a região da Amazônia onde habitam numerosos povos indígenas.

— Que nos é negada a participação real, como povos, na construção da sociedade, por causa do racismo im-

perante, relegando-nos a sermos sub-homens.

— Que à exploração da força de trabalho do indígena e do negro (mulheres e homens, crianças e anciãos), é preciso acrescentar o peso da dívida externa que outros contraíram e aproveitaram enquanto nossas comunidades aborígenes sofrem as conseqüências disso.

— Que a aniquilação sistemática dos líderes das comunidades é a mostra mais evidente de uma política integracionista dos Estados, chegando-se a considerar a estes como donos e senhores absolutos de nossos povos e culturas, prática essa que ainda se conserva em alguns setores das Igrejas.

— Que se vivem também situações de violência generalizada: invasões de madeireiros e de empresas mineradoras, presença de grupos armados, ocupação militar e narcotráfico...

— Que já é hora de se terminar com as divisões que as próprias Igrejas provocam; com o endoutrinamento e sacramentalismo vazios de uma verdadeira vida, que adormecem as consciências e amordaçam nossas vozes. Reconhecemos a ação comprometida e respeitosa, nos últimos anos, de alguns grupos das Igrejas e pessoas cristãs particularmente comprometidas.

Diante dessa realidade,

NÓS NOS COMPROMETEMOS A:

— Trabalhar para que nossas Igrejas acompanhem, ofereçam espaço, reconheçam e façam reconhecer à sociedade envolvente, o Projeto Histórico Indígena com todas as suas implicações e exigências e a reconhecer as religiões indígenas dentro de um clima

de diálogo ecumênico que respeite as diferenças.

— Urgir no sentido de que, na IV Conferência do CELAM, em SANTO DOMINGO, em 1992, os Bispos ouçam diretamente os indígenas representativos de seus povos.

— Trabalhar em nossas Igrejas para que se proclame 1992 como o ANO DO GRANDE JUBILEU BÍBLICO (Cfr. Levítico 25,1-25): um tempo de verdadeiro encontro entre POVOS E CULTURAS, de consolidação de Territórios Indígenas dentro de cada País.

— Apoiar decididamente as Organizações Indígenas representativas em todas as suas reivindicações e na realização de seu próprio projeto.

— Exigir de todos os Países a ratificação, por seus Parlamentos, do Convênio 169 da OIT (1989) sobre "Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes".

— Trabalhar para que os Governos nacionais reconheçam constitucionalmente os direitos dos povos originários.

Diante desse manifesto,

DECLARAMOS:

— Que, apesar de tantas adversidades, fruto dessas forças destruidoras, queremos, em aliança com outros setores historicamente empobrecidos (negros, camponeses, Sem-Terra, trabalhadores, mulheres, estudantes, etc.), afiançar-nos na luta histórica para continuarmos a existir como Povos Originários, resgatando os valores fundamentais de nossos antepassados como: Unidade, Terra, Território, Cultura, Autonomia e Direito.

Queremos manifestar a todo o Continente Americano, que os Povos Originários ainda existentes e desde essa realidade de nosso ser, oferecemos algo novo em um momento histórico em que os países acossados pela miséria, buscam afanosamente um modelo alternativo de desenvolvimento.

Estamos firmes no caminhar em direção a uma nova História.

SÃO PAULO, 23 de janeiro de 1991.

4.º CONGRESSO MISSIONÁRIO LATINO-AMERICANO (COMLA-4)

De 3 a 8 de fevereiro, a cidade de Lima (Peru) tornou-se a capital Missionária da Igreja Latino-Americana, com a realização do COMLA-4 que refletiu sobre o tema central:

"AMÉRICA-LATINA, A PARTIR DA TUA FÉ ENVIA MISSIONÁRIOS".

Os 5 delegados da Animação Missionária (AM) — menos o de Porto Alegre — estiveram presentes. A delegação do Brasil era de 100 pessoas do norte ao sul.

Foram dias de alegrias, esperanças e de convivência com irmãos e irmãs da AL e das Igrejas de outros continentes. Eram mais de **5.000 pessoas**: 800 religiosas, 600 sacerdotes, 2.000 leigos, incluindo seminaristas; 2.500, sobretudo os jovens, participaram através de um circuito fechado de TV, numa grande quadra no mesmo Colégio Agostiniano.

ABERTURA: foi na Catedral de Lima, com a concelebração eucarística, pre-

sídiada pelo CARDEAL JOSEF TOMKO, ENVIADO ESPECIAL DO PAPA e Prefeito da Congregação da Evangelização dos Povos. No seu discurso inaugural, tomou como referência central a Encíclica "REDEMPTORIS MISSIO".

— A VALIDADE, URGÊNCIA E EXIGÊNCIAS DA MISSÃO "AD GENTES":

A Encíclica é UM GRITO "AD GENTES" (grito dos pobres). O Papa afirma que "Deus prepara uma nova primavera cristã" nas proximidades do 3º milênio.

A necessidade e abertura "Ad Gentes" das Igrejas jovens, sobretudo a AL.

Missão "Ad Gentes": aos povos que ainda não conhecem a Cristo Redentor. Encarnação do Evangelho nas culturas.

Missão "Ad Gentes" e promoção do homem: libertação de toda a opressão.

— AMÉRICA LATINA, DIVIDA SUA FÉ! SEJA MISSIONÁRIA.

A missão "Ad Gentes" é uma responsabilidade irrenunciável para AL.

Todas as forças eclesiais são chamadas. Houve um apelo aos sacerdotes diocesanos para que ofereçam alguns anos de seu ministério e aos leigos, sobretudo aos JOVENS.

1º DIA: "A AMÉRICA LATINA DIANTE DOS DESAFIOS DE NOVA EVANGELIZAÇÃO E NA PERSPECTIVA DO 3º MILÊNIO", reflexão feita por DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA.

— A IGREJA, A SITUAÇÃO E A IGREJA CATÓLICA DA AL NOS ÚLTIMOS DECÊNIOS:

O mundo vive numa situação de guerra. Apesar dos avanços tecnológicos, persistem as **RELAÇÕES DE INJUSTIÇA ENTRE O PRIMEIRO E O TERCEIRO MUNDO** e nas nações subdesenvolvidas. O continente se caracteriza por uma **LEGIÃO DE POBRES**: concentração da riqueza nas mãos de poucos, crescimento da dívida externa, a espiral da violência e do narcotráfico.

Desequilíbrio na distribuição dos bens.

INDIFERENÇA dessas situações na consciência dos cristãos.

PONTOS POSITIVOS: conhecimento e vivência da Palavra de Deus, as CEBs, esforços pastorais entre os indígenas e os sem-terra; reflexão teológica sobre a realidade LA.

— A **NOVA EVANGELIZAÇÃO NO 3º MILÊNIO**: nos próximos anos a AL se tornará uma área de maior densidade de católicos do mundo. A missão da Igreja é anunciar a Mensagem do Evangelho. Anúncio de uma novidade radical sem derrotismo ou timidez. É **UMA TAREFA DE TODOS**. Exige testemunho por parte dos Pastores, uma constante educação à fé por parte dos leigos, assim como oração e testemunho de vida. Merecem atenção pastoral os Centros Urbanos Industrializados e o mundo das comunicações.

— A **NOVA EVANGELIZAÇÃO** que todos esperamos para o 3º milênio é que Jesus Cristo, ontem, hoje e sempre seja anunciado pela Igreja a todos os povos e culturas. **CHEGOU A HORA PARA A NOSSA QUERIDA AMÉRICA LATINA.**

— Terminou desejando que os leigos, religiosos, sacerdotes e **BISPOS**

EMÉRITOS, até o próximo **COMLA-5** (que será no BRASIL), nos encontremos **NÃO SOMENTE NO COMLA-5, MAS TAMBÉM NAS ALDEIAS LONGÍQUAS DOS NOSSOS CONTINENTES E ALÉM FRONTEIRAS (ÁFRICA e ÁSIA).**

2º DIA: A IGREJA NA ÁFRICA ANTE A SITUAÇÃO MISSIONÁRIA DO CONTINENTE AFRICANO E A SUA EXPERIÊNCIA DE INCULTURAÇÃO DA FÉ", reflexão feita pelo Arcebispo de Kisangani, no Zaire, D. **LAURENT MOSENGWO PASINYA**, Presidente da Conferência Episcopal do Zaire.

— A vocação missionária da África e a experiência da inculturação, não se trata de uma questão antropológica ou sociológica, mas antes de uma conversão sincera a Cristo e ao seu Evangelho, para viver no tempo e no espaço africano de modo integral.

— A inculturação da fé tem sido trabalhada com especial preocupação na Igreja Zaireense e se tem obtido importantes avanços: na elaboração de um missal, a introdução na Missa e na celebração do matrimônio de numerosos elementos da cultura africana, aprovados pelo Vaticano.

**** Merece destaque na tarde deste dia o encontro de 3.000 JOVENS EMPENHADOS EM AÇÕES MISSIONÁRIAS.** Notamos a participação ativa e um entusiasmo juvenil durante todo o Congresso. São jovens que estão dispostos a prestar sua colaboração como missionários leigos.

3º DIA: "A IGREJA NA ÁSIA FRENTE À SITUAÇÃO MISSIONÁRIA DO CONTINENTE, E A SUA EXPERIÊNCIA DE DIÁLOGO COM AS GRANDES RELIGIÕES NÃO-CRISTÃS", tema da conferência do CARDEAL JAIME L. SIN, Arcebispo de Manila (Filipinas).

— Ressaltou que em primeiro lugar se deve estabelecer um coniato humano de simpatia e amizade, passando-se depois para o anúncio efetivo do Cristo e de sua Verdade. O diálogo deve levar à conversão e não se restringir a uma simples colaboração, mesmo no campo promocional. A população católica asiática tem 100 milhões de fiéis, numa população de 3 bilhões de habitantes. 45% dos católicos estão nas Filipinas.

— Os católicos na Ásia distinguem-se pelo dinamismo de sua presença e pelas respostas aos problemas mais importantes da comunidade: educação, assistência médica, ação social, centros de oração e contemplação, e os meios de comunicação social.

— Experiências positivas: monges budistas e religiosos católicos se reúnem na Tailândia para aprofundar, com métodos próprios, orações e meditação. Na Malásia existe um Conselho Consultivo do Budismo, Cristianismo, Hinduísmo e Sikismo que promove intercâmbio entre seus membros.

**** Merece destaque a concentração de 3.000 meninos e meninas da INFÂNCIA MISSIONÁRIA: movimento que agrupa crianças de 7 a 13 anos. No ato litúrgico esses meninos pediram que fossem enviados como Missionários entre todas as crianças. A Infância Missionária recordou a todos os ADULTOS que a paz é possível.**

4º DIA: "COMPROMISSOS, MEIOS E MÉTODOS PARA A MISSÃO EM E DESDE A AMÉRICA LATINA. Apresentou o tema o Vigário Apostólico de S. Vicente (Colômbia), D. LUIS AUGUSTO CASTRO.

— A pedagogia missionária e a dimensão universal da fé: deve ser feita

com criatividade e novidade, e saber superar as fronteiras pela força que vem do Espírito.

— A ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA busca levar o Evangelho a quem não o encontrou explicitamente ou o perdeu. Faz-se um projeto dinâmico, gradual e permanente através da catequese.

— 10 exigências numa animação missionária: fé no potencial missionário do pobre; clareza missionária, teológica e eclesial; criatividade; popularização; passar de evangelizados a evangelizadores; motivação global baseada no conhecimento mais profundo dos povos; visão mais ampla do pobre; saber articular a realidade do nosso continente com os outros; fazer visível a presença missionária latino-americana em outros continentes; construir e conservar pontes entre os que foram enviados e os que ficam.

5º DIA: "ENVIADOS AO MUNDO INTEIRO PARA ANUNCIAR A CRISTO", através dos trabalhos de grupos de cada nação, foram traçadas as PRIORIDADES E COMPROMISSOS:

— PRIORIDADES: Animação missionária; formação missionária; organização missionária.

— COMPROMISSOS:

Em nível de animação missionária: apoiar a criação, revitalização dos organismos de animação missionária nacionais, diocesanos e paroquiais; insistir na necessidade de uma coordenação latino-americana de AM; definir o perfil do animador missionário e inseri-lo na pastoral de conjunto; desafiar com uma proposta concreta vocacional missionária aos seminários, pastorais, especialmente da juventude e da família...

Em nível de organização: maior diálogo entre as Conferências Episcopais para a definição das condições do envio, do estilo do envio e do apoio contínuo; apoiar O ENVIO DE SACERDOTES LATINO-AMERICANOS DIOCESANOS; motivar a profissionais para que assumam o desafio de um tempo de serviço missionário; insistir na revisão das estruturas da VR para que seja mais disponível à missão "ad gentes"; apoiar o projeto de Igrejas-Irmãs...

Em nível de formação: criar centros de formação missionária "Ad gentes" para os leigos; continuação da reflexão sobre os 500 anos de evangelização; criar a cadeira de missiologia em todos os seminários maiores e Faculdades de Teologia do Continente; aprofundar a encíclica "Redemptoris Missio"...

— PROPOSTAS DE CONTINUIDADE: a criação de um comitê permanente para assumir a coordenação do post-COMLA; avaliar periodicamente a sua aplicação; o CELAM introduza em seus trabalhos as conclusões, prioridades e compromissos do COMLA-4; preparar vídeos e subsídios populares sobre o COMLA-4.

****** O ato que culminou o COMLA-4 foi o ENVIO DE MAIS DE 100 missionários latino-americanos:

De BRASIL, para: AFRICA (2), CHILE (1), ECUADOR (2), BOLIVIA (3), CUBA (1).

De COLOMBIA, para: AFRICA (1), DESTINO INDEFINIDO (4).

De CHILE, para: ECUADOR (1), DESTINO INDEFINIDO (1).

De ECUADOR, para: AFRICA (2), NICARÁGUA (1), DESTINO INDEFINIDO (1).

De PERU, para: ARGENTINA (1) AFRICA (5), AUSTRALIA (2), BOLIVIA (9), ECUADOR (1), CANADÁ (1), COLOMBIA (1), REPUBLICA DOMINICANA (1), DESTINO INDEFINIDO (4).

De PARAGUAY, para: DESTINO INDEFINIDO (2).

De REPUBLICA DOMINICANA, para: AFRICA (3), DESTINO INDEFINIDO (1).

De VENEZUELA, para: AFRICA — Zaire (2).

CONCLUSÕES:

1. Fiel ao lema do COMLA-4: "AMÉRICA LATINA, A PARTIR DA TUA FÉ ENVIA MISSIONÁRIOS", os enviados respondem ao desafio que o mundo moderno propõe e a confirmação das expectativas de João Paulo II em torno da AL como O CONTINENTE DA ESPERANÇA!

2. Na proximidade do ano 2000 apenas uma terça parte da população mundial (6 bilhões de habitantes) foi atingida pelo Evangelho. Nesta situação a Igreja Latino-americana, que abrange quase a metade dos católicos do mundo inteiro, oferece uma mínima presença missionária fora dos seus limites. Por isso, vemos a necessidade de aumentar a sua participação na missão da Igreja Universal.

3. O COMLA-4 reafirmou esta aspiração: ser uma Igreja aberta ao mundo. Na AFRICA a Igreja está dando passos firmes em favor da inculturação e transformação cristã da cultura, e aprendendo que a inculturação do Evangelho é o caminho de nascimento de Igrejas de rosto próprio: Igrejas realmente missionárias. A ÁSIA é uma

imensa região à espera de missionários. Chama-nos a tomar consciência da urgência do diálogo missionário com os pobres, as culturas e as religiões. A sua experiência diz-nos que esse diálogo se tornará inútil se não nos mantivermos fiéis à nossa própria identidade cristã e abertos à ação do Espírito Santo. AMBAS as Igrejas nos dão o testemunho de serem já missionárias, a partir de situações de pobreza ainda mais prementes que as nossas.

4. A necessidade de valorizar na vida da Igreja dentro do nosso Continente os povos indígenas, e os milhões de afro e ázio-americanos, cuja identidade cultural não foi suficientemente valorizada através de uma evangelização inculturada.

5. A MISSÃO é um dever que compete à Igreja inteira. Ninguém pode ser indiferente. As nossas Igrejas crescerão em vitalidade na medida em que o envio missionário para mais além das próprias fronteiras se integrar como preocupação constante na sua planificação das atividades apostólicas.

6. O COMLA-4 caracterizou-se pelo ENTUSIASMO DOS LEIGOS (a maioria dos presentes) e especialmente DOS JOVENS, por assumirem, com alegria e audácia a missão para além dos seus compromissos nas próprias paróquias e instituições.

7. Surgiu uma aspiração em todos os grupos de trabalho: a necessidade de encontrar, na formação em nossa Igreja Latino-americana (leigos, seminários e VR) canais de formação para a atividade missionária.

8. A Conclusão da RM-92: "Vejo amanhecer uma nova época missionária."

ria..." está posta na AL. Esta é a esperança: "AMÉRICA LATINA, A PARTIR DA TUA FÉ ENVIA MISSIONÁRIOS"! AL, se tem fé em JC e no seu amor pelos homens: SEJA MISSIONÁRIA! "A FÉ É FORTALECIDA QUANDO É COMUNICADA ALÉM DE SUAS FRONTEIRAS" (Cardeal Tomko).

Deu-se então o anúncio de que: O PRÓXIMO COMLA-5 SERÁ REALIZADO NO BRASIL, em 1995.

Pe. Jurandyr Azevedo Araújo, SDB

RELATÓRIO DO 2.º ENCONTRO DE IRMÃS BRASILEIRAS NOS CAMARÕES

NGAOUNDÉRE, 13 a 15
de dezembro/1990

Nos dias 13, 14 e 15 de dezembro aconteceu em Ngaoundéré, na Casa de Reuniões desta Diocese, o segundo Encontro de Irmãs Brasileiras nos Camarões.

Esta iniciativa nasceu do desejo de nos encontrarmos para partilhar as nossas experiências e para aprofundarmos a descoberta da colaboração específica da nossa atuação missionária enquanto mulheres.

Em 1988 houve um primeiro encontro em Nidjivin, no extremo Norte do país. Lá nós estávamos com a participação de três irmãs brasileiras do sudoeste do Tchad. Desta vez, nós somos 12 Irmãs de 7 Congregações diferentes; somos originárias de diversas partes do Brasil, o que contribuiu para

enriquecer nossa abordagem desta realidade. Nós viemos prontas para refletir sobre o tema "A vocação profética da mulher", sempre no prisma de como realizamos esta vocação como Missionárias nos Camarões.

QUINTA-FEIRA, DIA 13

Na quinta-feira pela manhã nós começamos a nos conhecer, na escuta da realidade apresentada por cada uma. Eis um pequeno resumo das áreas nas quais atuamos:

Saúde e educação sanitária. Cursos de religião nas escolas e colégios. Catequese em preparação aos sacramentos. Formação de catequistas e de catecúmenos. Coordenação da Ação Católica da Infância. Formação de monitores de alfabetização de adultos. Trabalho com as mulheres.

Na parte da tarde nós fizemos a programação, repartimos algumas tarefas práticas e partimos para a reflexão sobre o relatório da visita da Equipe da CNBB/CRB aos Camarões. Desta reflexão surgiram as seguintes pistas de ação que poderão ajudar uma melhor organização das próximas visitas:

— Que a Equipe se reparta, assim cada um poderá contactar uma realidade diferente; que as visitas sejam programadas diretamente com os missionários brasileiros; que esta programação seja feita ao menos com um ano de antecedência; que as visitas cubram menos países mas sejam mais prolongadas; criar um centro de articulação aqui nos Camarões, para facilitar a comunicação e o intercâmbio entre nós e com o Brasil.

Lendo o relatório, nós constatamos que, na sua concisão, ele é bem preciso e reflete a realidade vivida pela Equipe.

A conclusão desta parte da tarde foi feita na contemplação da misericórdia de Deus manifestada por Jesus na cura da mulher encurvada; com ela nós queremos nos deixar endireitar para olhar de frente a realidade e dar nossa colaboração para transformá-la.

Após o jantar, a alegria de estarmos juntas explodiu numa dança muito animada com as músicas típicas de cada Estado aqui representado.

SEXTA-FEIRA, DIA 14

Na manhã de sexta-feira, nossa oração foi guiada pela reflexão do texto da mulher Cananéia, ela que com o seu coração de mãe ajudou Jesus a ver que sua missão era aberta também aos pagãos.

Em seguida nós nos dividimos em três grupos para respondermos ao questionário enviado pelo COMINA. Este trabalho, juntamente com o plenário na parte da tarde nos ajudou a abrir os horizontes sobre a realidade do País, da caminhada das diferentes Igrejas locais e as experiências que nós estamos vivendo.

Na oração da tarde, sentamo-nos com Jesus à beira do poço e deixamo-nos questionar: o que fizemos da água do nosso batismo? Como utilizamos esta água na partilha com os irmãos africanos? Mais uma vez descobrimos que é só bebendo da água que o Cristo nos dá, seremos capazes de trabalhar na construção do Reino.

Para terminar o dia nós tivemos mais um momento de bate-papo descontraído e uma bela serenata.

SÁBADO, DIA 15

Na manhã deste dia dedicado à Mãe, nós a contemplamos como modelo de Mãe, Irmã, Mulher e Estrangeira, tudo aquilo que somos e que queremos ser nesta terra Camerunense.

Sempre na manhã do sábado, nós tivemos conosco a presença da Irmã Adriana Vitali, missionária Ursulina que há seis anos trabalha nos Camarões. Adriana trabalhou no Brasil, nas Dioceses de Ilhéus e Itabuna, no período de 1971 a 1981. Sua experiência de pastoral e de alfabetização com o método Paulo Freire iluminam com ação profético-transformadora no meio das mulheres. Eis aqui um pouco do que foi a sua partilha conosco. Ela nos disse que o profeta é aquela pessoa que vê o agir dos homens tendo como pano de fundo o plano de Deus. Quando ele vê que os homens não seguem o plano de Deus, ele anuncia aquilo que Deus quer e denuncia as infidelidades dos homens. No nosso trabalho com as mulheres é fundamental nos colocarmos a questão: qual é o projeto de Deus para a mulher? Este projeto é da ordem da harmonia e da cooperação entre homens e mulheres para juntos continuarem a obra da criação. O pecado veio destruir esta harmonia entre homem e mulher, deles dois com a natureza e com Deus. O nosso trabalho deve ajudar a colocar esta criatura de Deus, que é a Mulher, no seu lugar; mas o mais bonito é que colocando a Mulher no seu lugar, nós colaboramos para que toda a humanidade reganhe seu lugar no projeto original de Deus.

Na realidade dos Camarões, esta reflexão é muito atual. Adriana diz que entre os camarunenses, batizados ou não, a atitude de discriminação contra a mulher é sempre a mesma; falta consciência de que, rejeitando a mulher, se rejeita uma parte de Deus, pois ela com a sua feminilidade é sua imagem e semelhança. Rejeitando a mulher o homem não desenvolve convenientemente suas próprias potencialidades; por exemplo, sua força, sem a ternura da mulher pode degenerar em violência.

Segundo Adriana, estas reflexões não devem levar a mulher a ter uma atitude violenta contra o homem, ele não deve ser condenado, pois ele também é fruto de uma sociedade, de uma história, de uma educação. O mais importante é acreditar que as coisas podem mudar e a partir de nós mulheres. De fato, na tradição africana, toda a educação das crianças cabe à mulher; a nós cabe ver como educamos os homens de amanhã. Muitas vezes, refletindo sobre o modo de educação, as mulheres descobrem que elas são cúmplices de sua própria sorte, pois educam os meninos de acordo com os modelos recebidos, sem questioná-los, sem tentar mudar. Com estas reflexões, nossa Irmã alimenta seu trabalho de alfabetização, pois segundo ela "nós devemos aprender a ler os livros, mas o mais importante é aprender a ler a vida e acreditar que podemos mudá-la". Adriana nos disse que nestes seis anos ela descobriu riquezas enormes no meio das mulheres e toda a criatividade da qual elas são capazes quando a PALAVRA lhes é dada.

Após esta partilha que muito nos incentivou a assumir um trabalho prioritário com a mulher, passamos a parti-

lhar os valores e os desafios da vida em comunidades internacionais. Percebemos que não é fácil e que, às vezes, esta experiência exige muito mais de nós do que o trabalho com o povo. Entretanto, estamos convencidas do valor do testemunho de catolicidade que estas comunidades dão à nossa Igreja e ao nosso povo.

Sábado à tarde era o momento de amarrar algumas pistas de ação para manter vivo o compromisso e que servirão de pontos de referência para uma posterior avaliação.

Da caminhada feita nestes dias nos pareceu claro que nossa prioridade deve ser o trabalho de libertação com a mulher, a ser feito tomando em consideração algumas atitudes de fundo:

— Que todo este trabalho seja feito “nos bastidores”, responsabilizando as mulheres para que elas cheguem a ser autônomas.

— Procurar ser coerentes com a nossa espiritualidade e prática de libertação, pois temos um papel profético não somente com o povo, mas com os companheiros e companheiras de caminhada.

— Nossa revolução nesta área deve ser feita com atitudes e não tanto com barulho.

— Procurar descobrir as pegadas de Deus na história das mulheres destes povos.

— Continuar com perseverança, o esforço de penetração na cultura, através do aprendizado da língua local, leituras, escuta do povo.

— Despertar as mães para a sua importante função de formadoras dos homens de amanhã.

Algumas decisões práticas se impõem para assegurar uma continuidade destes nossos encontros. Foi, por isso, criada uma Equipe de Serviço do Grupo de Missionárias Brasileiras do Cameroun e Tchad, cuja função é de: Ser um ponto de referência, seja para os missionários presentes no País, seja para contatos com a CNBB, CRB, etc.; Articular as comunicações, atualizar as listas de endereços, partidas e chegadas. Programar o próximo encontro e organizar um arquivo.

Esta Equipe é formada por três companheiras: Fátima de Castro, Fouban, Terezinha de Souza, Bertoua, Regina Costa Pedro, Ambam.

O próximo Encontro, nós decidimos fazê-lo no mesmo local, sendo este central para todas. A época das férias de Natal também pareceu propícia e a periodicidade será bienal, logo em dezembro de 1992.

A avaliação do Encontro foi globalmente positiva:

— O Encontro aconteceu num quadro favorável, num clima de alegria, franqueza, espontaneidade e confiança;

— a troca de experiências, sobretudo ajudada pelo trabalho de resposta ao Questionário, enriqueceu e deu coragem para continuar na caminhada;

— poder falar, rezar e desabafar na própria língua faz um bem enorme, nos ajuda a valorizar nossas origens, para sermos abertas aos outros;

— nós nos organizamos muito bem entre nós, mulheres. A equipe que havia preparado este encontro foi muito flexível não impondo todo o rico material de reflexão que havia sido prepa-

rado, mas se adaptando às necessidades do grupo;

— a avaliação do trabalho feito serve de questionamento para o futuro;

— a presença de Adriana foi uma riqueza grande e um convite a nos engajarmos mais e melhor no serviço com as mulheres;

— mesmo se agora vamos nos separar, nós nos sentimos uma força.

Como sugestões para os próximos Encontros: ficarmos atentas à realidade da Igreja dos Camarões para a escolha do tema; escolher uma moderadora; envolver as outras brasileiras com informações e cartas para que elas sintam a necessidade de juntar-se a nós; continuar com este sistema de participação de todas, no andamento do Encontro e enviar sugestões a tempo, para a Equipe de Serviço.

A oração da tarde fechou com chave de ouro o nosso Encontro. Maria nas Bodas de Caná nos lembra que o amor deve ser inventivo e que a nossa hora chega cada vez que o mais pobre tem necessidade de nós.

Nós, Missionárias Brasileiras nos Camarões, queremos como Maria, inventar nossa maneira de servir, sendo atentas às necessidades do povo, pois é ele que nos diz que a nossa hora é chegada.

Ambam, 26 de dezembro de 1990.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DA LINHA 2 — COMINA AOS MISSIONÁRIOS QUE ATUAM FORA DO BRASIL

Grupo nº 1: Geralda, Maíra, Rosane e Valéria.

Grupo nº 2: Verônica, Lúcia, Marlene e Terezinha.

Grupo nº 3: Fátima, Maurília, Cecília e Regina.

1) — Que aspectos de SER LATINO-AMERICANO E BRASILEIRO facilitaram seu serviço fora do País?

G. nº 1: Abertura para acolher as diferenças, isso devido à variedade de raças e de culturas de nosso País. Aceitação e valorização do outro. Atuação nas CEBs.

G. nº 2: O dinamismo da nossa Igreja que questiona e se compromete. — Experiência a nível de povo indígena ligado ao CIMI que ajudou na inculturação aqui. — Abertura, fruto da mistura que somos no Brasil. — O compromisso da Igreja do Brasil com relação ao negro; o compromisso de criar um elo de partilha mais forte com a África; na mesma linha, a experiência de participar do Grupo de Consciência Negra, mesmo sendo a única branca, ajudou bastante. — A maneira como a nossa Igreja olha e reflete sobre a realidade com uma ótica evangélica.

G. nº 3: Ser missionária no Brasil antes de vir para a África; A experiência de trabalho nas CEBs, organização participativa da pastoral levando em conta o povo. A experiência de sermos um povo colonizado nos liberta de certos comportamentos paternalistas e nos ajuda a sermos mais 'libertadoras'.

2) — Como se integram estes aspectos com aqueles missionários que procedem de outros contextos eclesiais e sócio-culturais?

G. nº 1: Com os missionários do terceiro mundo a integração é mais fá-

cil, o que não acontece em geral, com os provenientes da Europa, salvo após uma longa convivência.

G. nº 2: A integração não é fácil. A nível de reflexão pode ser na mesma linha, mas a prática exige uma longa paciência.

G. nº 3: Quando os outros têm uma visão aberta e acreditam no povo, não existem problemas; mas os problemas começam quando o aspecto colonizador predomina, quando a falta de participação predomina. Apesar das dificuldades, nós sentimos que podemos ajudá-los a serem mais abertos à realidade, a transformar o "trabalho" em "pastoral" e a ver a necessidade de uma atuação conscientizadora.

3) — Que aspectos do ser Latino-Americana brasileira lhe criaram problemas?

G. nº 1: Diferenças de linha de ação; sacramentalização; dissociação entre fé e vida; falta de programação e avaliação; falta de um plano de pastoral de conjunto. Todos estes problemas refletem na formação do clero local.

G. nº 2: A presença da América-Latina é ainda jovem em relação à uma Igreja Ocidental que já criou raízes. Diante dos missionários conservadores ou dos que não se reciclaram, existe um certo preconceito com relação à Teologia da Libertação e das CEBs.

G. nº 3: As duas respostas anteriores e as que seguem querem responder também à questão nº 8 que é a seguinte:

4) — Quais as principais dificuldades que uma missionária latino-americana e brasileira encontra no trabalho apostó-

lica com missionários que procedem de outros contextos culturais e eclesiais?

G. nº 1: Ver a resposta à questão nº 7.

G. nº 2: Nós estamos acostumadas a programar e avaliar as nossas atividades a partir das bases e aqui não se leva este aspecto muito em consideração, sobretudo com relação à organização pastoral. As dioceses não têm um plano de pastoral orgânico; isso favorece as ações isoladas e individualistas. Enquanto mulheres, nós não temos muito espaço na pastoral; contam conosco mais para trabalhos assistenciais e promocionais.

G. nº 3: Nós falamos muito e muito claro;

— Enfrentamos preconceitos contra os latino-americanos que têm "mania" de libertação, "mania" de povo, "mania" de participação... Às vezes somos tidas como subversivas ou como religiosas superficiais mais preocupadas com o material do que com o espiritual.

— Nós devemos prestar atenção para não ficarmos somente nas palavras; temos de nos comprometer com a atuação profética e assumir as consequências.

— O povo nos sente próximas dele, simples e amigas; isso às vezes causa um certo sentimento de competição com as outras irmãs.

— Os padres, estrangeiros e camaronenses, pensam que nossa atuação na pastoral venha tomar o lugar deles... Não existe uma verdadeira colaboração; no começo temos que nos impôr com um pouco de força para ser-

mos aceitas e valorizadas como mulheres religiosas-missionárias.

— Quando chegamos aqui, com uma visão muito diferente, nós nos deparamos com uma história que já estava fazendo o seu curso. É difícil ser coerentes com a nossa experiência latino-americana e ter respeito pela caminhada que já estava sendo feita.

— A nossa formação teológica nos coloca em dificuldades diante de concepções teológicas mais fechadas.

5) — Quais os valores principais do povo que você está encontrando no serviço missionário fora do País?

G. nº 1: A acolhida, a solidariedade entre tribos, algumas tradições e costumes que ajudam a encarar a vida com serenidade. Esta é uma característica marcante, sobretudo da mulher que, mesmo diante da dificuldade, do sofrimento e dos desafios, é capaz de fazer festa.

G. nº 2: A acolhida, a solidariedade dentro da mesma tribo, senso da festa e da celebração, alegria no sofrimento.

G. nº 3: A vida é um valor supremo a ser defendido, promovido e buscado às vezes mesmo com ambigüidade;

— O sagrado e o profano são unidos; a vida espiritual, o contato com Deus brota da vida, dos acontecimentos do dia a dia.

— A acolhida, a hospitalidade, a partilha, a alegria, o dom de se comunicar.

— A alegria no sofrimento como meio de se vencer o que faz sofrer.

— A comunhão com os mortos e a crença numa vida que continua depois da morte.

— Numa sociedade onde a vida é o valor central, a mulher é colocada no centro como doadora de vida e conselheira do homem.

6) — Quais os principais desafios missionários?

G. nº 1: A bruxaria, o tribalismo, o medo, o fatalismo, certos costumes e tradições. A dificuldade do aprendizado da língua local ou das línguas, de acordo com as regiões;

G. nº 2: A inculturação e os esforços de uma atuação libertadora; lutar por uma pastoral mais organizada. A paciência histórica. Viver o profetismo religioso. A formação inicial e permanente.

G. nº 3: — Como fazer para que o Evangelho penetre nesta cultura de maneira que eles se libtem do medo, da inveja, da vingança...?

— Como discernir os valores da cultura que são conciliáveis com o Evangelho?

— Como conviver com os muçulmanos?

— Como vencer os obstáculos de comunhão que existem nas nossas comunidades internacionais?

— Como formar as jovens que nós recrutamos aqui?

— Como inculturar nosso estilo de vida dentro da realidade camerunense?

— Os resquícios da colonização na vida sócio-político-econômico-religiosa.

7) — Quais os principais pontos positivos e os limites do caminho da Igreja no país onde você trabalha?

G. nº 1: Esforço de inculturação, esforço, ainda que teórico, para colocar as estruturas da Igreja nas mãos dos camarunenses (camerunização da Igreja).

— Esforço de formar uma comunidade onde o povo seja o agente do seu próprio desenvolvimento.

— **Limites:** marca acentuada do colonialismo europeu; falta de uma teologia africana; formação "romana" do clero; falta de espaço para a mulher na Igreja.

G. nº 2: Incentivo pelo desenvolvimento social. — Um certo valor dado aos leigos para uma crescente responsabilidade. — Começo de uma leitura da realidade sócio-político-econômico-religiosa. — Preocupação com a implantação de uma Igreja que não dependa em tudo do exterior.

Limites: desenvolvimento desligado da fé. Confiam-se responsabilidades sem dar uma formação adequada, o que faz não dar continuidade ao trabalho. Busca do poder dentro da Igreja.

G. nº 3: A tomada de posição dos Bispos do Cameroun diante da crise econômica do País, através do lançamento de uma carta pastoral a este respeito. — A abundância de vocações sacerdotais e religiosas no Oeste e no Sul do País.

— **Limites:** o problema do tribalismo dentro da Igreja. A vida dupla de alguns padres; Padres que fazem práticas e sacrifícios tradicionais.

8) — Na Igreja onde você trabalha, quais são os aspectos que, a partir de sua experiência, podem questionar a caminhada da Igreja do Brasil?

G. nº 1: A imagem de que os padres e religiosos são ricos e que este tipo de vida é considerado em algumas regiões como status. Que a pastoral do Negro no Brasil não fique somente no exterior, no folclore, mas que assuma os valores do povo negro.

G. nº 2: A busca da inculturação da Liturgia (mesmo se o Rito afro-brasileiro já esteja sendo implantado em algumas partes do Brasil). Participação e maior interesse da Diocese de origem pela Igreja onde o missionário está trabalhando. O esforço dos bispos para que as Igrejas daqui se tornem autônomas economicamente.

G. nº 3: Maior intercâmbio entre a cultura africana e afro-brasileira, sobretudo neste momento em que a Igreja do Brasil está fazendo este esforço de inculturação na área da liturgia. A valorização das línguas, usos e costumes das diversas tribos aqui nos Camarões pode nos ajudar a valorizar as minorias no Brasil com sua identidade própria. Aumentar a tomada de consciência da dívida que o Brasil tem com o povo negro e não só à distância, mas lutando contra o racismo, aí no Brasil.

9) — Em que sentido você se sente PONTE de intercâmbio eclesial?

G. nº 1: As reuniões; trocas de experiências com os religiosos do Brasil. Troca de correspondência. Aceitação e respeito dos valores do povo sem perder a própria identidade.

G. nº 2: Durante as visitas de férias, o contato pessoal com os grupos,

as CEBS, CENFI, com as Paróquias. Correspondência com as dioceses, paróquias e a congregação. Os nossos encontros entre brasileiras, a nível de Camarões e Tchad.

G. nº 3: Quando escrevemos para as Igrejas onde trabalhamos e para nossa Igreja de origem. Também nas nossas visitas ao Brasil, nas animações missionárias, sempre tendo cuidado para não ser nem proselitistas e nem triunfalistas. As notícias, as cartas e revistas recebidas alimentam a comunidade e a nossa oração. A visita recebida da delegação da CRB/CNBB nos ajudou a tomar mais consciência da nossa missão de ponte entre Igrejas.

10) Quais as propostas que você pode dar para a formação de missionários...?

G. nº 1: Conhecimento e respeito pela cultura do país para onde alguém será enviado; aceitação do povo; ser conscientes de que eles não virão converter e salvar o "mundo". Convicção que devemos caminhar com o povo, nem na frente, nem atrás, mas juntos; aprendizagem da língua local e oficial; ser conscientes que antes de nós, Deus já estava aqui caminhando com este povo; aprender a não fazer comparações entre as realidades deixadas e encontradas.

G. nº 2: Que o missionário faça experiência de uma pastoral inserida e engajada antes de sair do País; levar em conta o estudo da língua oficial do País e estudar pra valer a língua local; que no período de formação do missionário sejam previstos contatos com missionários que já voltaram.

G. nº 3: Preparação a nível de consciência crítica; que venham armados

de paciência histórica e de humildade; muita convicção de que o povo que os acolher tem algo de bom para lhes comunicar; aprender a escutar, a sentar e escutar o povo; não chegar na missão sem conhecer ao menos a língua oficial do País.

11) Sugestões para a reciclagem de missionários em férias no Brasil.

G. nº 1: Contato com o Centro Missionário ao chegar ao País; informações dos temas e datas das reciclagens com antecedência; para nós, dos Camarões, o período melhor é da metade de junho até início de setembro.

G. nº 2: Promover sessões de reciclagem de 15 dias ou um mês em janeiro, dezembro ou julho. Sugestões de temas: Missão e vida religiosa; Teologia Pastoral; Inserção; Inculturação.

G. Você se sente bem acompanhada pela sua Igreja de origem? Sugestões a respeito.

Gs. 1, 2 e 3: Não existe um acompanhamento da Igreja de origem mas sim da Congregação, do Centro Missionário, da família e dos amigos. Sugestão: que nós façamos o primeiro passo, comunicando que estamos aqui; que a Linha 2 também comunique às Dioceses que têm missionários fora do país e os incentive a criar laços com as Igrejas onde atuamos.

12) Outras observações ou contribuições.

— Que o Centro Missionário continue nos enviando notícias da caminhada da Igreja no Brasil; que, de vez em quando, a CNBB e a CRB nos enviem alguém, como fizeram este ano.

— Se possível, nos enviar o material do estudo sobre a Palavra é Vida que vocês começaram a fazer no ano passado; se possível receber cada ano o novo tema. Para as despesas, nossas Congregações podem ajudar.

— Dar uma formação mais sólida às missionárias, a nível de pastoral, liturgia, exegese, catequese, Bíblia e lingüística.

— Enviar leigos preparados no campo dos movimentos populares e também leigos afro-brasileiros.

A PROBLEMÁTICA VOCACIONAL DOS CANDIDATOS À CONSAGRAÇÃO RELIGIOSA

Pe. Felipe Arizmendi Esquivel, SS. CC., Toluca, México

Apresento aqui alguns traços, no aspecto vocacional, de como chegam ao seminário os adolescentes, jovens e adultos. São impressões pessoais avaliadas pela experiência de outros formadores e confrontadas com os dados que nos vieram do recente Sínodo dos Bispos. As afirmações que se referem aos candidatos ao seminário valem da mesma forma para os que ingressarem nos institutos de Vida Religiosa e Missionária.

Em trabalho de grupos estas impressões deveriam ser elaboradas, completadas ou corrigidas, para que fiquem mais exatas e correspondam melhor à realidade.

1. A FAMÍLIA

Em geral pode-se afirmar que conforme a qualidade humana, religiosa,

cultural e apostólica da família, assim será a vocação.

A nossos seminários — e casas religiosas — chegam candidatos muito simples, a maioria de classe média e média baixa, muitos de ambientes rurais e suburbanos, cujas famílias são piedosas e unidas, mesmo com freqüentes problemas de alcoolismo no pai e com pouca prática religiosa da parte deste.

A vocação destes candidatos é simples e sem complicações, mas também com bases pouco profundas. Por isso abandonam facilmente o seminário, só — dizem — porque já não se sentem a gosto, não se acham no seu lugar, ou pelos primeiros obstáculos que se lhes apresentaram. No entanto, superadas as primeiras fases de adaptação, perseveram. Se forem dóceis e abertos às orientações de seus formadores chegam a ser bons sacerdotes ou religiosos.

Se a família está desintegrada os candidatos freqüentemente são instáveis e inseguros na sua personalidade e resposta vocacional. Às vezes procuram o seminário como lugar de refúgio que lhes dê segurança e até afeto, coisa que em sua casa não tiveram. Mesmo que entrem já adultos, inclusive profissionais, correm o perigo de não terem a capacidade para assumir compromissos definitivos ou para permanecer fiéis aos mesmos.

Há candidatos que a gente imaginava muito maduros e definidos pelo fato de serem adultos; no entanto, em pouco tempo também abandonam o seminário. Alguns saem amargurados e decepcionados dizendo que haviam pensado encontrar algo diferente. São instáveis

e andam em busca de comodismos ou de quem lhes proporcione o que em sua casa não tiveram. Alguns mudam de seminário porque dizem almejar maior perfeição e exigência; solicitam o ingresso em outra parte ou numa congregação religiosa; daí, em pouco tempo, também abandonam. Não se entendem nem a si mesmos. O problema vocacional não é a instituição formativa, senão a indecisão deles. O mesmo não exclui que os seminários e casas de formação devam levar em conta a situação especial dos adultos e adaptar os estilos e programas de formação para eles.

Existem também casos de sacerdotes recém-ordenados que dentro em pouco solicitam dispensa dos compromissos assumidos com Deus e com a Igreja. Falta-lhes estabilidade e solidez, talvez por terem carecido de família mais penetrada. O mesmo acontece com muitos casazinhos jovens que não se casam dizendo que é para ficar livres e sem compromisso, e ao menor problema que surge se separam e buscam "refazer a sua vida".

Não faltam, da mesma forma, casos de candidatos homens que por grave rejeição paterna ou por fixações maternas apresentam deficiências em sua identidade masculina. Tem quem afirme que ultimamente tem aumentado o número destes jovens. É provável que seja, dado que hoje em dia aumentam as famílias desintegradas. No entanto, também é certo que tanto os coordenadores de Pastoral Vocacional como os Formadores dos seminários estão mais capacitados para detectar estes casos, e não aceitá-los, ou igualmente para orientá-los com caridade a fazerem um tratamento especializado fora do seminário. Contudo, não faltam lu-

gares onde se recebem estas pessoas sem nem solicitar os informes prescritos pela Igreja. A carência de vocações faz com que se aceitem os que chegarem, com graves conseqüências posteriores.

2. A PARÓQUIA E A ESCOLA

— Muitos candidatos vêm de paróquias vivas e apostólicas onde o sacerdote anima as diferentes áreas da pastoral, onde se promovem os ministérios e a participação ativa dos leigos, onde se encorajam os carismas e vocações, onde se apreciam a oração, a Palavra de Deus e os Sacramentos, onde está organizado o serviço dos pobres, etc. Nestas comunidades o testemunho de vida dos consagrados e seminaristas é de primeira importância.

As vocações que procedem deste clima são de grande valor. São jovens entusiasmados, apostólicos, participativos e com a boa intenção de se integrar a uma Igreja Missionária. Com impaciência não vêem a hora chegar para que possam fazer algo pelos outros. Muitas vezes, no entanto, carecem de bases religiosas, têm uma formação cristã deficiente e dificilmente compreendem a necessidade de longas horas de estudo e oração. Querem mais ação! São nobres e generosos. Bem orientados podem dar em vocações bem apostólicas.

Podem chegar também vocações de paróquias sem essa vitalidade. Há quem afirma querer ser sacerdote para dedicar-se ao combate do avanço das seitas, pois vêem que o sacerdote nada faz a respeito. Ou também para fazer algo pela juventude e por tantas pessoas que vivem afastadas de Deus,

talvez por culpa e descuido dos próprios sacerdotes.

São vocações que correm o perigo de tornar-se criticadores; nada lhes parece bom, a não ser que sejam eles mesmos os que pensem ou façam a coisa. Olham mais os defeitos que as qualidades. No entanto, Deus se serve de qualquer circunstância para chamar alguém ao seu seguimento, e também desses ambientes podem surgir vocações extraordinárias.

— Em alguns países surgem muitas vocações de escolas que dependem da Igreja. Entre nós podem até ser poucas as que deste ambiente procedem, seja porque esse tipo de escola quase já não existe, seja porque várias delas são da classe média alta ou rica de onde não costumam sair vocações, seja também pelas crises por que passam as próprias congregações religiosas que as atendem.

A grande maioria de nossas vocações provém das escolas públicas, do governo, com graves carências acadêmicas, com critérios deformados sobre a Igreja, e com muito escassa formação religiosa.

Estas vocações dificilmente se adaptam à vida do seminário. Custa-lhes muito estudar sozinhos e em silêncio, assimilar e memorizar. Estão mais acostumados a trabalhos em grupo e a fazer coisas, do que aprofundar e analisar conceitos. A maioria, no entanto, chega com muito boa vontade, com reta intenção e com sadia disponibilidade para aproveitar a formação que se lhes oferece. Facilmente desanimam, quando começam a ver que as coisas ficam sérias, pois não falta quem pensa que no seminário se exige pouco, ou que os estudos fossem mais fáceis.

Contudo, se mostram gratos com a formação que receberam quando abandonam o seminário.

3. MOVIMENTOS E GRUPOS ALCOÓLICOS

É uma constatação universal que cada dia mais vocações provêm de organizações juvenis e apostólicas, seja paroquiais ou extraparoquiais. Entre nós, por exemplo, muitos vêm da Renovação no Espírito Santo, de Jornadas de Vida Cristã, de Comunidades Neocatecumenais, de Grupos de Jovens de qualquer tipo ou denominação. Não faltam também de Ação Católica, da Adoração Noturna, de Comunidades Eclesiais de Base...

É um fato comprovado que cresce o número dos que ingressam no seminário já não meninos ou adolescentes, mas jovens e até adultos, precisamente através dos tantos grupos que se encontram em toda parte. Foram esses os jovens que provocaram a necessidade de criar os cursos introdutórios ou propedêuticos, com o fim de dar-lhes a preparação que necessitam para ingressar no seminário maior.

As vocações que vêm destes movimentos ou grupos são em geral bastante maduras e estáveis. Pensaram muito antes de decidir-se porque já tinham algo para deixar. Suas motivações são mais sérias, profundas, apostólicas e conscientes. Às vezes se têm que frear ou questionar-lhes os ímpetos de serviços fora do seminário, para que se dediquem a solidificar melhor sua formação em todas as áreas.

Apresentam o perigo de querer que o seminário adote a linha de espiritualidade que os converteu a eles e

que tanto os serviu em sua decisão vocacional. Fazem comparações, e querem por exemplo que toda a oração seja como a que conheceram no seu grupo de origem. Quando o seminário vai por caminhos mais (ou menos) litúrgicos, às vezes se decepcionam e abandonam.

Não faltam casos de alunos que continuam dependendo em sua formação de sacerdotes ou pessoas alheias ao seminário, o que cria o perigo de formarem-se com uma espiritualidade diferente da que a Igreja destinou aos candidatos ao sacerdócio.

Pede-se-lhes que tragam tudo de bom que aprenderam em seu grupo e que não se desliguem dele, mas que não se mantenham "casados" com uma só linha de espiritualidade ou de apostolado, pois o sacerdote tem de ser nas comunidades construtor de unidade na pluralidade de carismas e estilos.

Algumas vocações de jovens e adultos trazem certas surpresas. Muitos são firmes em suas decisões e são elementos muito positivos e elevam o nível dos grupos. Mas há também aqueles que não acham seu lugar. Pareciam muito decididos e maduros, porém facilmente desanimam e saem. Uns estão acostumados a seu próprio estilo de vida e de pensar, e dificilmente se adaptam à vida em comunidade, sobretudo com os que são mais jovens do que eles.

Para integrar-se a um presbitério ou uma comunidade religiosa onde há tudo quanto é idade, cultura, forma de ser e de atuar, é necessário ter a capacidade de saber adaptar-se aos outros, de conviver com todos, de não

absolutizar a própria maneira de ser como se fosse a única e a melhor.

Pedagogicamente, no entanto, tem que se pensar em métodos mais adequados para que os que já não são tão jovens possam ir se integrando à comunidade, tanto de seu grupo como de todo o seminário ou da Igreja.

4. AMBIENTE CULTURAL

Vivemos numa sociedade erotizada, consumista e superficial. Os meios de comunicação estão criando mentes e corações uniformes. Parecem robôs; e aí daquele que procede de forma distinta; a sociedade o marginaliza, porque o vê diferente e o considera inadaptado.

A cultura social nos faz imediatistas e pragmáticos, não analíticos, críticos, ou profundos. Tendemos ao cômodo, ao fácil, ao útil. Nada é permanente; quase tudo é descartável: use e abuse! Não se aceitam mais critérios e verdades absolutas; tudo é relativo e "plural". Não conta a razão, apenas a emoção, o sentimento. Nada é definitivo.

Só valem o indivíduo e seus gostos; os outros e os direitos deles não interessam. Se se tem desejo de algo, quem pode impedir? E querendo conquistar algum lugar não importa o como saber chegar lá. Gozar e desfrutar, que a vida é para isso mesmo!

Com estes e outros critérios semelhantes que nos impregnam como o mais normal e natural, chegam muitos candidatos à vida Consagrada, sacerdotal ou religiosa, não importam as idades.

Por isso, não é de se estranhar que custa tanto aos alunos de hoje o si-

lência, a meditação, a análise, a memorização, a ordem, a ascese, o sacrifício e a disciplina.

Por isso existe explicação por que muitos deixam sem razão aparente o seminário, e não há quem os convença do contrário. Sua única razão é que não se sentem a seu gosto. Quer dizer, os valores e as decisões se fazem depender do sensível e do emotivo.

Isto explica também o fato, como já se falou, que sacerdotes recém-ordenados abandonam o ministério. As causas mais comuns, segundo estatísticas da Santa Sé, não são problemas do celibato, mas a sensação de fracasso e a solidão. Isto é, a inconsistência na entrega e a relação não madura com as pessoas.

Isto nos coloca diante de pistas muito sérias para o discernimento vocacional, antes e depois do ingresso ao seminário ou casa de formação. Por isso, no Sínodo dos Bispos, se falou que os emocionalmente imaturos não são aptos para a vocação consagrada. E que a formação deve ser um processo constante, que dura toda a vida, porque o meio ambiente nos influi não somente durante a formação inicial, mas para o resto da vida.

5. CONCLUSÃO

A problemática vocacional dos candidatos aos seminários e aos institutos religiosos exige uma pastoral vocacional de acercamento amoroso antes e depois do ingresso e por toda a vida. Como o bom Pastor que conhece a cada ovelha, cuida e alimenta,

a guia e conduz, a protege e cura, respeita sua liberdade, mas sobretudo a busca com amor e não a abandona.

Não se pode afirmar que sejam melhores as vocações de meninos e adolescentes que os de jovens e adultos, ou ao contrário. Deus chama quando quer e a quem quer. O importante é oferecer a cada um o que a sua circunstância particular necessita, dentro e fora do seminário.

Tendo em conta que as famílias atualmente não ajudam em forma adequada às vocações, o Sínodo dos Bispos ratificou a importância dos seminários menores, e pediu que se estendessem por todas as partes os cursos introdutórios ou propedêuticos. Neles se há de criar o clima adequado para formar vocacionalmente os candidatos e fazer a seleção conveniente.

No entanto, não somos nós, promotores de Pastoral Vocacional e formadores de seminários, os donos das vocações e da formação. Lidamos com algo humano e divino, natural e sagrado. É Deus quem chama a quem quer. E é a Sua Igreja que recebeu o encargo de chamar, de discernir e de confirmar o chamado. Para tanto é mister escutar a Igreja, Comunidade de fiéis e Hierarquia, Carisma e Magistério, para selecionar os candidatos e formá-los de acordo com as orientações autorizadas. Quem tem a última Palavra, por decisão de Jesus Cristo, são o Papa e os Bispos; não são os critérios ou posturas pessoais ou grupais, nem o juízo particular de um formador, de um teólogo ou psicólogo. Somos ministros e servidores de Jesus Cristo e da Igreja por Ele fundada.

Somos servos inúteis, não amos e senhores da formação.

Graça do Espírito Santo e a intercessão de Maria!

Advento de 1990

Escutemos sempre a Igreja, e não nos equivocaremos!

Que nosso serviço seja humilde e obediente, gozoso e fecundo: com a

Tradução:

Élcio R. M. Felix

Postulante SS. CC., Campinas, SP

Ameaça & Consolo

Bíblia — “Eu sou o Bom Pastor. Conheço as minhas ovelhas... como o Pai me conhece e eu conheço o Pai”, Jo 10, 14.

Leitor — Que incidência tem esta palavra em nossa vida? Incidência vem de incidir. E incidir significa, também, cair. Logo, a pergunta primeira se reescreve assim: Como cai esta palavra em nossa vida? Cai, por exemplo, como apelo? Estímulo? Correção de rumo? Inspiração? Coragem?... Quero sublinhar, sobretudo, dois sentimentos, duas percepções, que a incidência, o caimento, desta palavra pode despertar em nossa vida. Esta palavra — “conheço as minhas ovelhas como eu conheço o Pai” — pode incidir em nossa vida como semente de desassossego e ponta de angústia, como AMEAÇA. Ninguém pode contentar-se com o jogo das aparências, com a alternativa do faz-de-conta, a duplicidade, com a lógica do parecer e não ser, a vida de artista, sorriso mecânico, representar, fingir, e não ser. História histórica de todos conhecida. JESUS nos conhece com o conhecimento com que conhece o Pai e o Pai o conhece. Oh! abismo de profundidade de conhecimento sem limites! JESUS ultrapassa, pois, a fachada. Ele penetra e vai até o fim e atinge o próprio fundo. Tudo, para Ele, acontece a céu aberto. Sim, sim. Não, não. Longe a dubiedade das zonas cinzentas do talvez que pressupõe epiquêia ou uma restrição mental. // Esta mesma palavra — “conheço as minhas ovelhas como eu conheço o Pai” — soa, outrossim, em nossa vida como CONSOLO. Ninguém está sozinho. Jesus conhece aquelas nossas regiões que jamais afloram no horizonte, invisíveis às criaturas e onde se travam as lutas surdas para não se avançar os sinais da consciência moral cristã e para resguardar a fidelidade prometida com juramento. Que consolo! Ele é testemunha presencial de nossas lágrimas ocultas ou sufocadas, de nosso clamor abafado, de nosso sangue vertido, de nosso martírio anônimo para manter a veste branca, conquistar a palma, não se envergonhar e permanecer de pé (Pe. Marcos de Lima, SDB).

EDUCAÇÃO E VIDA RELIGIOSA: PERSPECTIVAS

*Seria importante que os Religiosos repensassem
a própria instituição educativa com vistas
à formação de autênticos cidadãos, à implantação
de uma educação que se contraponha
ao fenômeno da mercantilização da existência humana.*

Pe. Leandro Rossa, SDB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou, em junho de 1990, um estudo sobre "Educação: Exigências Cristãs". O tema tinha sido debatido na Assembléia Geral da entidade, em abril. O texto tem como objetivo ajudar a reverter a grave e dramática situação da educação, repensar e recriar a presença educativa da Igreja na sociedade brasileira, para contribuir no fortalecimento da dignidade do povo brasileiro, fortemente vilipendiada por esta situação.

No mesmo mês de junho, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo da Câmara dos Deputados dava passo significativo em direção à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovando o projeto, que vinha sendo debatido, há quase dois anos.

Além disso, o ano de 1990 foi, profundamente, marcado pela amarga e desgastante polêmica travada sobre os custos da educação na escola particular. Nesta polêmica estiveram envolvidas escolas católicas, administradas por religiosos e religiosas. Para muitos deles foi uma experiência ímpar e questionadora.

Diante disso, podemos perguntar: que perspectivas apresentam esses acontecimentos para os religiosos no Brasil, sobretudo, para os que trabalham na educação formal?

Este despretenso artigo pretende juntar elementos que ajudem a refletir sobre a pergunta, em busca de uma possível resposta.

Inicialmente, apresento alguns aspectos: do envolvimento da CNBB

com a educação e dos três acontecimentos. A seguir, aponto algumas perspectivas ou conseqüências para os religiosos, sobretudo, os que trabalham em escolas católicas.

1. Envolvimento da CNBB com a Educação

Andando pelo Brasil, ouço, com freqüência, queixas de religiosos e religiosas, a respeito do pouco apoio de Bispos ao trabalho que realizam na escola católica. Isso, por vezes, certamente corresponde à realidade. Não me proponho a debater esse assunto, aqui. Pretendo sim, lembrar a presença da CNBB através de documentos, na educação.

Em junho de 1974, a Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, através do "Setor de Educação" publicava: "A Escola Católica no Mundo de Hoje".

Como sabemos pela história da educação, de 1930 a 1950 presenciávamos significativo aumento de Universidades, em todo o território nacional. Em seguida, vimos a expansão do ensino superior isolado.

A partir da década de 50 tivemos um desenvolvimento grande do ensino público de 1º e de 2º graus. No final da década de 50 mas, sobretudo, na de 60 e inícios de 70, vimos o fechamento de centenas e centenas de escolas católicas, em todo o Brasil. Concomitantemente vimos, também, a drástica diminuição de religiosos dispostos a trabalhar na escola católica. O sopro

providencial do Vaticano II e de Medellín estava então chegando, também à escola católica. Essa era questionada, primeiramente, por ser escola. Por ser solidária à sociedade, via-se contestada como a própria sociedade. Por ser católica era também atingida por todo o movimento renovador da Igreja. A CNBB, à luz do Vaticano II e de Medellín, sentiu a necessidade de aprofundar a identidade da escola católica e apontar pistas para sua renovação. A CNBB estava também preocupada com a possibilidade, à vista, do monopólio estatal, no campo da educação.

Em 1982, a Igreja no Brasil elegeu a educação como tema da Campanha da Fraternidade daquele ano. A escolha dos temas da Campanha da Fraternidade recai, normalmente, sobre assuntos de relevante importância para toda a sociedade brasileira. Na época a CNBB, relegando outros assuntos, também importantes e urgentes, fixou sua atenção na educação.

Todos, então, certamente, nos perguntamos: até que ponto a fraternidade é vivida na educação que fazemos em nossas escolas e até que ponto a educação que fazemos constrói, efetivamente, fraternidade? Na oportunidade, o texto-base da Campanha falando das escolas católicas sugeria que:

a) fossem forjadoras de agentes de transformação, em busca de uma sociedade de irmãos;

b) fossem expressamente evangelizadoras, anunciando pelo testemunho e explicitamente, o Cristo libertador e seu Reino;

c) assumissem a causa do povo, em qualquer meio e, no atendimento direto, escolhessem de preferência os pobres;

d) vivenciassem seu currículo a partir dos problemas culturais, econômicos, políticos e religiosos da realidade brasileira e local, visando sempre a uma sociedade mais humana, justa e fraterna;

e) adotassem um processo permanente de planejamento como instrumento que liberte para a comunidade e a participação co-responsável;

f) fossem centro cultural, social e espiritual da comunidade local, colocando seus recursos humanos, físicos e materiais a serviço das classes populares;

g) educassem para a solidariedade e não para a competição;

h) buscassem articulação com outras escolas católicas e escolas de diferentes confissões religiosas, experimentando a força da união por uma educação libertadora.

Em 1985, a CNBB publicava um estudo: "Para uma Pastoral da Educação" desejando que:

a) educadores, movimentos de educação e escolas católicas se sentissem questionados pela dimensão pastoral da educação e ao mesmo

tempo, animados a assumir seu papel de agentes desta pastoral;

b) crescesse, em toda a Igreja do Brasil, a consciência da importância da Pastoral da Educação, no contexto da Pastoral Orgânica;

c) se organizassem ou se fortalecessem Equipes Regionais e Diocesanas de Pastoral da Educação, para assessorar e coordenar a presença da Igreja, no campo da educação.

Em junho de 1990, a CNBB divulgava o instrumento de estudo: "Educação: Exigências Cristãs."

Fica, portanto, claro que, ao menos a nível de documentos, não tem faltado apoio e orientação da CNBB à educação, em geral, e à católica, em particular. Trata-se de ver que repercussão e consequências tiveram eles na prática educativa de nossas instituições.

2. Educação: Exigências Cristãs

2.1 — Natureza do Documento

Não padece dúvidas, de que este é o principal documento da CNBB sobre educação. Trata-se de:

— um grito de alerta à sociedade brasileira em favor da educação e das diversas instâncias educativas e contra a grave e dramática situação da educação, a desvalorização social e profissional do educador e o estado de abandono em que se encontra a educação no Brasil;

— um convite a abrir a toda sociedade brasileira, o debate sobre

educação e a fazer dela uma prioridade nacional;

— uma proposta de educação diferente, capaz de contribuir na reversão da situação da educação, repensando e recriando a presença educativa da Igreja no campo da educação, estabelecendo critérios que fundamentem a postura cristã diante da educação, revisando métodos, relações e conteúdos na prática educativo-pastoral da Igreja e descobrindo novos caminhos para uma sociedade justa e fraterna.

Propõe-se que a educação seja objeto de um imenso mutirão nacional, que marque, significativamente, nossa caminhada em busca de um novo projeto de Nação.

2.2 — *Visão panorâmica do Documento*

Apresento, em rápidas pinceladas, aquele, que a meu ver, é o conteúdo essencial de cada uma das partes do documento da CNBB.

Na introdução, inicialmente, são colocadas algumas importantes constatações:

a) crescimento, na humanidade, da redescoberta e do consenso dos valores da dignidade humana. A valorização dos direitos humanos, incluído o da educação, faz parte desta redescoberta;

b) ampliação do conceito de educação. Educar-se já não significa só adquirir conhecimentos. Significa, sobretudo, preparar-se para elabo-

rar, ao longo de toda a vida, um saber, em constante evolução, de “aprender a ser” plenamente homem e mulher e de aperfeiçoar, num esforço coletivo, a sociedade humana;

c) no Brasil, apesar da nova Constituição, a democratização não atingiu ainda o campo da educação;

d) a Igreja sempre deu grande importância à educação, quer na formação do povo de Deus, quer no incentivo e compromisso com a construção de uma sociedade justa e fraterna.

A seguir, os bispos afirmam que se referem à formação do cidadão e não diretamente à formação do fiel cristão: mas, na qualidade de Bispos da Igreja Católica, pensam essa formação a partir de critérios e diretrizes da fé cristã. Expressam o desejo de que a Pastoral da Educação se integre na Pastoral Orgânica e de que esteja a serviço da educação como um todo.

Na primeira parte, apresenta-se a situação educacional. Levantam-se, sobretudo, problemas e aspectos de morte na educação.

Nesta parte fala-se:

a) de deficiências da educação escolar e de alguns méritos da educação popular. A educação escolar é relacionada com a formação para a cidadania, cultura, movimentos populares, MCS, família, conflitos e ensino religioso;

b) da falta de uma política educacional consistente e coerente;

c) da insuficiência e da má aplicação dos recursos destinados à educação;

d) da perda da qualificação social e profissional do educador;

e) dos processos educativos na Igreja, que nem sempre estiveram abertos à participação. Pelo contrário, por vezes, tem sido verticalistas e paternalistas;

f) da inexistência da Pastoral da Educação na maioria das Dioceses brasileiras.

A II parte do documento apresenta a "Visão da Educação na Perspectiva Cristã". Parte-se da necessidade de repensar e recriar a presença educativa da Igreja na sociedade brasileira. Esse repensamento e essa recriação passam por um núcleo inspirador da ação educativa cristã de bases teológicas e antropológicas. Esse núcleo constitui-se de quatro referências fundamentais.

São referências à:

a) ação de Deus, como primeiro e grande educador de seu povo, Israel;

b) ação de Cristo, Mestre que, agindo pela dinâmica do Espírito, estrutura a comunidade primitiva dos discípulos, numa autêntica prática pedagógica exemplar;

c) missão evangelizadora da Igreja que tem na educação uma mediação indispensável para anunciar a

todos a libertação e para denunciar o que impede ou dificulta a implantação do Reino de Deus;

d) ação humanizadora de todos os que reconhecem a dignidade humana, a justiça, a solidariedade, a liberdade e o amor como valores irrenunciáveis da humanidade.

Esse núcleo inspirador deve informar as opções de pessoa, de sociedade, de educação e de instituições educativas que fundamentam e orientam a ação da Igreja no campo da educação.

Essa segunda parte, ainda que muito rica, merece reparos quanto à sua ordenação lógica e ao excesso de repetições.

Na terceira parte: "Posicionamentos e Propostas", são apontadas, mais claramente, nossas principais bandeiras de luta, no campo da educação. Essas bandeiras, entre outras, são:

a) prioridade nacional para a educação;

b) elaboração democrática de uma política educacional nacional coerente, consistente e orgânica, capaz de dar unidade à educação, em âmbito nacional;

c) universalização, democratização e liberdade de educação. Não se trata de, apenas, lutar pela liberdade de escolha. Essa continua importante, não, porém, exclusiva. É preciso que nós católicos defendamos, igualmente, a universalização e a democratização da educação;

d) gratuidade imediata para o ensino de 1º grau tanto na escola pública, quanto na particular, com recursos do Poder Público;

e) recuperação da imagem social e profissional do educador;

f) compromisso com a educação democrática, libertadora, que incentiva à comunhão e à participação, capacita para o pleno exercício da cidadania e coloca a comunidade como novo sujeito social prioritário da educação;

g) empenho em promover e apoiar iniciativas de educação popular e projetos concretos de alfabetização integral que envolvam a leitura da realidade junto com a das letras escritas;

h) dinamização da Pastoral da Educação para prestar ao mundo da educação um serviço de qualidade, continuado e organizado;

i) orientação dos recursos da Igreja para a qualificação de educadores;

j) repensamento e recriação da presença educativa da Igreja, na sociedade brasileira.

Entre as bandeiras de luta a serem assumidas está também a defesa de uma escola católica, coerente com os princípios da fé. Em força desta coerência, a escola católica deve oferecer uma educação evangélico-libertadora que inclua:

a) elaborar e executar participativamente o próprio projeto educativo;

b) assumir a identidade evangélica "comunitária"; aliás, seu caráter comunitário expresso na Constituição constitui um desafio que deve ser aceito com coragem evangélica, já que revela a comunidade, como novo sujeito social prioritário da educação (Educação: Exigências Cristãs, nº 131);

c) oferecer uma educação de qualidade e o ensino básico da fé católica;

d) produzir conhecimentos e serviços para o desenvolvimento social e econômico, sobretudo, das maiores;

e) formar para a solidariedade humana, o compromisso com a justiça social, o respeito e a promoção dos direitos de todos e para o pleno exercício da cidadania.

A escola católica com estas características deve ser assumida na correta concepção de "Escola Pública". Esta com efeito, não é apenas a criada pelo Estado, mas também aquela que, surgindo de setores vivos da comunidade, forma para cidadania, aplica todos os seus recursos na educação e caminha, decididamente, na linha da transparência administrativa, promove e vive o espírito participativo, insere-se efetivamente na comunidade a que serve, e é lealmente aberta à generosa corrente democrática da sociedade.

Por isso, as escolas católicas não aceitam e nem podem aceitar a mercantilização da educação. Seus recursos materiais e financeiros são, apenas, instrumentos necessários para o desenvolvimento da ação edu-

cativa científica e cultural. Elas têm direito aos recursos públicos e se solidarizam com os grupos e pessoas que lutam para que a educação seja um direito de todos.

Repudiam qualquer prática que a torne simples bem de consumo e meio de enriquecimento.

Finalmente, na conclusão, os Bispos afirmam que para reverter a grave e dramática situação da educação, é preciso vontade política, atitudes enérgicas, medidas extraordinárias e união de todos.

3. Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

3.1 — *Reordenamento jurídico da Nação para ampliar o espaço democrático*

O Brasil, há quatro anos, vem passando por um laborioso processo de reordenamento jurídico. Esse processo constou da elaboração das Constituições Federal, estaduais e municipais. Vai, agora, prosseguindo, embora atropelado pela enxurrada de Medidas Provisórias, com a elaboração das Leis complementares e ordinárias.

É preciso observar que o reordenamento jurídico é consequência do processo de democratização. Após longo período ditatorial a que fomos submetidos, fortaleceu-se, em muitos, a idéia de que o regime democrático, embora carregado de vícios e limitações, com que tem sido vivenciado entre nós, é mais vantajoso do que o autoritário.

A Constituição de 1988 consagra, assim, no Parágrafo único do art. 1º, o regime democrático misto, para o Brasil: "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente...". Estabelece, portanto, a Constituição, uma mescla de democracia representativa e participativa, criando mecanismos adequados para a prática deste novo tipo de democracia.

Esta observação parece-me importante, porque coloca, em evidência, o imperativo democrático, que deve permear o reordenamento jurídico, em todos os níveis.

Pela primeira vez, na moderna história política do Brasil, o texto da Constituição Federal alterou a célebre fórmula que alude à soberania popular para introduzir uma formulação que visando tornar efetiva a expressão da vontade popular, preconiza o exercício do poder, de representantes eleitos, como é típico da tradição liberal democrática, mas diretamente, através de mecanismos de participação popular, iniciativa legislativa. É sem dúvida, um importante instrumento de ampliação do conceito de cidadania que, dessa forma, expande-se para o terreno da própria produção do direito. Olhando o conjunto da tradição política brasileira, é inegável que os instrumentos de legislação direta representam um avanço democrático.

Deveria, portanto, ficar claro para nós que esse avanço democrático deve ser estendido à legislação edu-

cacional. Esta deve estar a serviço da democracia e do aumento da cidadania.

3.2 — *Situação atual do projeto*

O projeto de LDB, após ter sido aprovado nas Comissões de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, está apto a entrar para debate e aprovação no plenário da mesma Câmara. Em seguida, deverá ser encaminhado à Comissão de Educação do Senado. De lá, voltará para a Comissão de Educação da Câmara para depois ser promulgado. É difícil dizer quando isso acontecerá. Talvez ainda em 1991. Talvez em 1992 ou 93?

3.3 — *Princípios estruturadores do projeto*

3.3.1 — Enfoque na cidadania

No projeto a educação e o ensino são vistos e pensados em função da cidadania. A Educação Nacional, portanto, é o instrumento da sociedade para a promoção do exercício pleno da cidadania. O projeto enfatiza que a educação deve visar à formação de cidadãos:

- a) plenamente desenvolvidos;
- b) capazes de compreender criticamente a realidade social;
- c) conscientes de seus direitos e responsabilidade;
- d) preparados para a efetiva participação, inclusive, política, e para a compreensão e o exercício do trabalho;

e) contrários a todas as formas de exploração, opressão ou desrespeito à pessoa, à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade.

É bom observar que, tradicionalmente, a educação, sobretudo, a formal, concentrou seus esforços na formação do indivíduo procurando desenvolver suas potencialidades. O indivíduo era, normalmente, tomado isoladamente. As implicações sociais de sua educação não eram explicitadas. As responsabilidades sociais raramente foram, adequadamente, trabalhadas. Usando o estímulo da competição, o importante era levar o indivíduo ao sucesso, a ter seu lugar ao sol, mesmo que para isso devesse prejudicar os outros ou até defraudar os bens públicos. O projeto está propondo uma ótica diferente. Isto é, que o indivíduo seja visto, em primeiro lugar, como integrante de uma sociedade da qual ele é responsável.

Propõe, portanto, que se realize a educação, a partir da dimensão social das pessoas. Que essas estejam seriamente preocupadas com o sucesso da sociedade, em primeiro lugar.

É por causa do enfoque da cidadania que o projeto assume um conceito amplo de educação abrangendo os processos de crescimento que se desenvolvem nas diversas atividades, em que se produzem as condições da existência humana.

É também, por causa do enfoque na cidadania, que se propõe que a educação escolar busque, por todos os meios, estabelecer estreita vin-

culação com o mundo do trabalho e das práticas sociais. Na realidade, é aí que se concretiza, se constrói e manifesta a cidadania. A educação, inclusive, deve ser uma dessas práticas sociais. Portanto, nela deve-se construir, concretizar e manifestar a cidadania. Esse é o horizonte maior, dentro do qual se entende a educação e o trabalho.

O enfoque da cidadania justifica, também, a valorização da experiência formativa extra-escolar. Esta, dependendo da vontade e do interesse do cidadão, poderá ser, academicamente, validada.

A experiência formativa realizada fora da escola poderá ser por esta reconhecida. Isso, certamente, poderá ser de grande valia, sobretudo, para os trabalhadores. De fato, o mercado de trabalho dá muito valor ao nível de escolarização das pessoas.

3.3.2 — Gestão democrática e participação

Entre os princípios da educação escolar expressos no Art. 7º do projeto está o da gestão democrática. O aprendizado da participação está entre os objetivos da educação nacional (Art. 2º, II). Entre as normas que devem orientar o Sistema Nacional de Educação está a da participação da sociedade, dos agentes da educação e dos seus destinatários (Art. 9º, II). Um dos requisitos que devem ser atendidos na autorização de funcionamento de instituições privadas de ensino, é o da participação da comunidade docente na definição das orientações pedagógicas da instituição. Entre as

diretrizes de organização e administração das instituições públicas e das que recebem recursos públicos para sua manutenção estão as seguintes: participação da comunidade escolar na gestão do ensino e no processo de escolha de seus dirigentes.

Há no projeto outras referências à gestão democrática e à participação. No entanto, as citadas parecem suficientes para entender como foi considerado importante pelo legislador, este princípio. Efetivamente, parece impossível construir uma sociedade democrática sem instituições democráticas, é claro que este será um grande desafio, não só para as escolas, mas para o sistema educacional como um todo. Este sempre foi autoritário e verticalista. A aspiração democrática, que preside ao reordenamento jurídico da Nação, exige que esta situação seja revertida. Já se podem prever grandes dificuldades, pois, em quase toda parte, ainda existe muita reserva face aos processos participativos. A forte tendência participacionista verificada na sociedade brasileira, desde o início da década de 70, ainda não atingiu, adequadamente, a realidade educacional. A mudança de mentalidade, neste sentido, certamente ainda levará muito tempo. Todavia, o que parece extremamente importante é o fato de o projeto colocar a gestão democrática e a participação como os instrumentos mais adequados para a transformação educacional.

3.3.3 — Valorização do profissional da educação

Entre os princípios da educação escolar aparece no art. 7º o da valorização do profissional da educação. No item VII do mesmo artigo está o princípio da garantia de padrão de qualidade do ensino. Na realidade, será difícil garantir o padrão de qualidade do ensino sem assegurar a competência dos profissionais do ensino. Esta, todavia, passa por algumas condições básicas: boas agências formadoras, boas condições de trabalho e salário condigno. A competência postula, também, o esforço de formação continuada. Isto é indispensável, pois, estamos passando por um período histórico de constantes mudanças. Quem não se atualiza, em pouco tempo está ultrapassado.

Houve épocas, em que a acentuação principal na educação era colocada na exemplaridade do mestre. Hoje, esta exemplaridade, sem a profissionalidade é, praticamente, impossível. Não estamos mais na época de imitar os outros, em educação. Seguir o exemplo, o modelo. Hoje o saber, mais do que nunca é uma construção conjunta. Somos todos educadores e educandos, ao mesmo tempo. É por isso, que o legislador presta muita atenção ao princípio da valorização do profissional da educação não só nas duas seções do capítulo XVII, onde se fala da formação e da carreira dos profissionais da educação, mas, ao longo de todo o projeto.

3.3.4 — Sistema Nacional unitário de Educação

O projeto respeita e tenta fortalecer o princípio da unitariedade do

sistema nacional de educação. Na realidade, o que se observa na educação hoje, é que ela é muito diferenciada, qualitativamente, de acordo com as regiões, com as classes sociais e com as áreas do saber. Assim, temos algumas regiões com um ensino de boa qualidade, enquanto que em outras, este é de péssima qualidade. Vemos, também, que em geral, as escolas onde estudam os ricos são melhores do que as escolas dos pobres. Há determinadas áreas do saber que são privilegiadas no cuidado com a qualidade. O ensino superior, em geral, recebe mais atenção do que o de 1º e 2º graus. Em vista disso o legislador propõe um sistema nacional de educação mais unitário para aos poucos ir superando estas disparidades e ao mesmo tempo conseguir uma sequência maior entre os diversos níveis de ensino.

3.4 — Novidades do projeto

Enfocaremos somente algumas das novidades que nos parecem mais significativas. Há novidades:

3.4.1 — Quanto ao conceito e abrangência da educação.

O projeto assume um conceito amplo e abrangente de educação. Reconhece que a relação educacional ultrapassa os limites das relações escolares. A educação existe concretamente, na sociedade, faz parte de sua estrutura e de seus processos. É o resultado da influência de todo o meio sócio-cultural sobre as pessoas e vice-versa. É o exercício do viver e do conviver. Por

isso, o projeto afirma no Art. 1º: "A Educação abrange os processos educativos que se desenvolvem nas diversas atividades em que se produzem as condições da existência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nas instituições de educação infantil, nas instituições de formação profissional, nas instituições de pesquisa, nas relações familiares, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, no esporte, no lazer, nas manifestações culturais e no contato com os meios de comunicação social". E elenca entre os princípios da educação escolar: a vinculação com o trabalho e as práticas sociais e o reconhecimento da experiência extra-escolar (art. 7º); a integração entre a educação escolarizada formal e as ações educativas produzidas fora do Sistema de Ensino; a flexibilidade para o reconhecimento da experiência extra-escolar e a colaboração entre a escola e outras agências públicas e privadas (Art. 9º).

3.4.2 — Quanto aos fins da educação

O projeto coloca entre os fins da educação o pleno desenvolvimento do ser humano, o desenvolvimento dos valores éticos; o aprendizado da participação; a valorização e promoção da vida; a preparação do cidadão para a efetiva participação política; o fortalecimento da solidariedade internacional.

Parece-me que estes fins não recebem tanto destaque assim nas legislações anteriores.

3.4.3 — Quanto ao direito à educação

A Constituição já considera o direito à educação, como subjetivo e público. O projeto regulamenta este dispositivo constitucional. Deve-se, porém, observar que esta regulamentação fica bem aquém de nossas expectativas. A nosso ver, deveria haver muito mais rigor na responsabilização da autoridade competente, pela falta de oferta ou oferta irregular de acesso e permanência no ensino fundamental. De qualquer maneira, há no projeto avanços significativos como a eliminação de limites de idade ao direito à educação, a criação de condições para que o trabalhador, também, possa estudar, e a responsabilização do Poder Público pelo recenseamento e chamada pública da população em idade escolar. Há, aqui, porém, a nosso ver, outra falha, por não estabelecer a periodicidade do recenseamento. O Poder Público fica, também, obrigado a criar formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, para que todos os cidadãos possam alcançar a educação escolar básica. Os portadores de excepcionalidade, os trabalhadores, as comunidades indígenas e rurais têm direito à uma educação adequada às suas condições especiais de vida.

3.4.4 — Quanto ao Sistema Nacional de Educação

Sem dúvida, o capítulo V, composto de 18 longos artigos, sobre o Sistema Nacional de Educação,

além de ser muito importante, apresenta elementos novos interessantes.

O capítulo inicia definindo o que se entende por Sistema Nacional de Educação e o que ele compreende. Estabelece a seguir, seus objetivos, sua natureza, sua estrutura, sua organização, competências e composição.

O Sistema Nacional de Educação tem, como órgão normativo e de coordenação, o Conselho Nacional de Educação. Como órgão executivo o Ministério responsável pela área, e como instância de consulta e de articulação com a sociedade, o Fórum Nacional de Educação.

O Sistema Nacional de Educação objetiva garantir a universalização e o padrão de qualidade da educação, mediante planejamento, e administração democráticos, que implicam o princípio da subsidiariedade, da articulação entre os diferentes níveis de ensino, a colaboração entre as diferentes esferas do Poder Público, entre a escola e outras agências públicas e privadas, e o fortalecimento das unidades escolares.

As três maiores novidades do capítulo, talvez, fiquem por conta do estabelecimento dos Sistemas de Ensino da União, dos Estados e dos Municípios; o reconhecimento jurídico das escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, com fisionomia própria, e a criação do Fórum Nacional de Educação.

Os sistemas de Ensino dos Municípios não são impostos. Dependem das condições dos Municípios. Para

os municípios que carecem de condições, apresentam-se as hipóteses: ou de estarem incorporados ao Sistema de Ensino do próprio Estado ou de se reunirem em região, constituindo um Sistema de Ensino intermunicipal. Em todas as hipóteses, os Municípios devem estabelecer carreira de magistério própria.

As escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que até o presente, estavam elencadas, sem diferenciação, entre as demais escolas, passam, agora, a ter um tratamento especial quanto à sua autorização, à sua organização e funcionamento e quanto ao direito a receber recursos do Poder Público.

Mas, a novidade maior do Sistema Nacional de Educação seja, talvez, o Fórum Nacional de Educação, considerado, no projeto, como instância de consulta e de articulação com a sociedade. Ainda que continuem muitas dúvidas quanto à sua natureza, estrutura, composição e funções, parece ser um grande avanço na direção da democratização das decisões, que dizem respeito à educação nacional. Certamente, este novo canal de participação, em muito, poderá contribuir para a popularização dos debates ligados à educação. Isso contribuirá para a descoberta de melhores soluções para nossos problemas educacionais.

3.4.5 — Quanto à formação técnico-profissional

O jovem e o adulto, além das ofertas de educação no ensino mé-

dio regular, poderão contar com uma rede própria de instituições de formação técnico-profissional e com um Conselho Nacional de Formação Profissional, articulado com o Conselho Nacional de Educação. A esse Conselho compete formular e coordenar a política nacional de formação profissional. A formação técnico-profissional poderá também se realizar em instituições diretamente organizadas por empresas, entidades da sociedade civil ou instituições públicas.

Aqui a novidade fica por conta de maior aproximação e integração da formação técnico-profissional com o Sistema Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Formação Profissional com o Conselho Nacional de Educação. E também por conta da facilidade de repasse de recursos públicos, provenientes dos Ministérios e Secretarias responsáveis pelas áreas do trabalho e da Educação, à formação técnico-profissional.

3.4.6 — Quanto à educação de jovens e adultos trabalhadores

Está fora de dúvidas que a população trabalhadora encontra sérias dificuldades para estudar. Estas dificuldades provêm não só do reduzido salário por ela, freqüentemente, percebido, mas também, pelo regime de trabalho a que está submetida. Por outro lado, também está fora de dúvidas que as empresas, em muito, se têm beneficiado pela formação adequada de seus empregados e de que elas vão tomando sempre mais consciência de sua

maior responsabilidade na qualificação não só profissional de seus empregados, mas também, da necessidade de mais estudo para o fortalecimento de sua cidadania. É dentro deste quadro que se entende o regime especial de trabalho estabelecido pelo projeto, e a ação fiscalizadora do Poder Público, no sentido de que este regime especial seja, efetivamente, cumprido. Além disso o projeto avança na direção de que os cursos, fornecidos pelos Sistemas de Ensino aos trabalhadores, tenham horários, conteúdos e metodologias adequadas à sua situação específica.

3.4.7 — Quanto à educação para comunidades indígenas

Em nenhuma legislação educacional anterior se deu tanta importância à educação das comunidades indígenas. Talvez, até, a presente importância venha tarde demais. É interessante observar que a estas comunidades é permitido o ensino bilíngüe, no nível fundamental. Outro ponto a salientar é a instituição da isonomia salarial entre professores índios e não índios.

3.4.8 — Quanto à educação à distância

Está mais do que claro que a operacionalização de bons programas de educação à distância encerra muitos problemas. Por outro lado, também parece estar muito claro que, dificilmente, conseguiremos, a curto prazo, estender a educação a todos os brasileiros, somente através da escola. Parece in-

dispensável o uso inteligente dos MCS para esse fim.

3.4.9 — Quanto ao ensino religioso

O ensino religioso permanece obrigatório só no ensino fundamental, e, de acordo com o projeto, pode ser administrado nas modalidades de ensino confessional ou interconfessional. A este respeito, parece não haver consenso entre os Bispos. Na Declaração: "Educação no Brasil: Uma Urgência", divulgada no final da Assembléia Geral da CNBB de 1990, bem como no documento: "Educação: Exigências Cristãs", os Bispos evitam o debate da confessionalidade ou interconfessionalidade do ensino religioso. Porém, posteriormente, no pronunciamento do Conselho Permanente da CNBB, publicado no encarte do Boletim da CNBB, aos 03/09/90, afirma-se o seguinte: "Deve também ser assegurado, para todos os que quiserem, o ensino religioso confessional nas escolas estatais".

3.4.10 — Quanto aos recursos destinados à educação

Com relação aos recursos financeiros destinados à educação destaco algumas novidades, entre outras:

a) aumento do percentual dos recursos para a educação provenientes de receita resultante dos impostos, conforme previsto no artigo 212 da Constituição da República Federativa do Brasil;

b) instituição do salário creche;

c) criação do Fundo 213, que será constituído pelos recursos previstos no art. 213 da Constituição Federal;

d) instituição de mecanismos de arrecadação e de penalização pela não aplicação ou má aplicação dos recursos destinados à educação, previstos em lei;

e) aplicação, durante os dois primeiros Planos Nacionais de Educação de 80% dos recursos oriundos da quota federal do Salário-Educação, em áreas de maior déficit da escolarização obrigatória;

f) aplicação, nos próximos oito anos, de 50% dos recursos provenientes da receita de impostos, conforme previsto no art. 212 da Constituição Federal para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental;

h) pagamento, na forma de contratos firmados entre as partes, remunerando a prestação de serviços educacionais prestados pela educação promovida pela iniciativa privada.

3.4.11 — Quanto ao Plano Nacional de Educação

Com relação ao Plano Nacional de Educação o projeto estabelece sua obrigatoriedade, a duração quinzenal, a aprovação por Lei do Congresso Nacional, elaboração pelo Conselho Nacional de Educação com prévia consulta obrigatória ao Fórum Nacional de Educação. Essas

são algumas das novidades mais interessantes encontradas na parte do projeto que fala sobre o Plano Nacional de Educação.

4. Polêmica sobre mensalidades na escola particular

A polêmica sobre o valor das mensalidades, na escola particular, foi muito acirrada em 1990, sobretudo, a partir do Plano Collor. Nele, foi sacramentada a lógica anti-inflacionária como único critério de moralidade. O que é contra a inflação é bom, o que a incrementa é ruim. O governo federal tem uma imagem a preservar e promessas a cumprir. Para isso, a inflação precisa ser domada, a qualquer custo. O caminho escolhido é o do congelamento. As mensalidades escolares são atingidas. Os custos da educação, porém, não podem ser congelados. A defasagem de preços e as dificuldades surgem, imediatamente. Os sindicatos se mobilizam. A Sunab e a polícia também entram em ação. Diretores de escolas são presos. Há paralisação das atividades escolares. Os pais se organizam. Não querem aumentos, nem paralisações. Surge a livre negociação imposta, verticalmente, pelo governo. As assembleias de negociação, por pouco, não terminam em pancadaria. A polícia é chamada a intervir. Apela-se para a desobediência civil. As Medidas Provisórias recebem interpretações diferentes. O assunto ocupa amplo espaço nos meios de comunicação social. Gera-se grande confusão. Já não se sabe mais o que fazer e a quem obedecer: ao sindicato, ao Gover-

no? Na virada do ano, a questão permanece indefinida. E a novela deverá continuar em 91.

A polêmica acabou revelando:

a) a grave situação em que se encontra a educação brasileira, aliás fortemente denunciada pelos Bispos, no documento acima analisado;

b) a falta de uma política nacional realista e consistente, capaz de concentrar a atenção dos Poderes Públicos nos problemas cruciais da educação e não em seus aspectos secundários ou em querelas inúteis;

c) a pouca consciência de boa parte da sociedade civil da importância, necessidade e do valor da educação de qualidade;

d) a impossibilidade de muitas escolas particulares de pagarem um salário condigno aos professores e funcionários, devido a sua fraca arrecadação;

e) o abandono de não poucas pessoas, do campo da educação, pelas dificuldades que ele encerra e talvez, porque não conseguem entender que a transformação da escola é tão vital, quanto a mudança de qualquer outro setor, para o mundo novo que queremos construir;

f) que não poucas escolas desconheciam, praticamente, a existência dos pais e mesmo da comunidade local;

g) que nos momentos de conflito é que se percebe, com mais clare-

za, o tipo de ligação afetiva que liga pais, professores e funcionários à escola;

h) a falta de organização e de articulação dos pais;

i) o isolamento em que vivem algumas escolas, inclusive católicas, da comunidade local;

j) a garra, a resistência e a fé de não poucos educadores, sobretudo religiosos, ao enfrentar com muita responsabilidade as dificuldades criadas pela situação econômica em que estamos vivendo;

l) a facilidade de unir as escolas, quando pressionadas por problemas econômicos;

m) a necessidade de aprofundar o específico da escola católica ao enfrentar os problemas econômicos;

n) a sadia preocupação de muitas pessoas, inclusive Bispos, pela sobrevivência da escola católica que se pauta pelos princípios da fé;

o) outras empresas conseguem fazer passar junto ao governo a evidência de suas planilhas de custos e as escolas não conseguem fazer isso;

p) a necessidade de ligar o econômico às demais dimensões da educação.

5. Perspectivas

Apresentados, brevemente, estes três acontecimentos, podemos nos perguntar a respeito de suas pos-

síveis conseqüências para os religiosos, sobretudo, para os que trabalham na educação formal. Seria, talvez, importante, que esses religiosos:

a) prestassem sua colaboração na ampliação do debate sobre a educação. Sem a ampliação deste debate parece difícil a necessária transformação da realidade educacional brasileira;

b) se engajassem, decididamente, nas lutas sugeridas pela CNBB, no documento: "Educação: Exigências Cristãs", cuja síntese aparece, no nº 2.2 deste artigo. Esse engajamento parece ainda mais importante quando se considera que negar uma educação de qualidade ao povo brasileiro, significa negar-lhe uma das condições fundamentais para a conquista de sua dignidade;

c) repensassem, seriamente, a própria instituição educativa, à luz dos três acontecimentos, acima referidos, onde se enfatiza de forma especial: a formação de autênticos cidadãos, a dinamização da pastoral da Educação, e a implantação de uma educação que supere a mera dimensão econômica da vida ou se contraponha ao fenômeno da mercantilização da existência humana;

d) cuidassem para que o processo de re-elaboração do regimento de suas escolas se faça na perspectiva do aumento, da participação, dos espaços democráticos e do pleno exercício da cidadania. □

MUNDOS CULTURAIS EM MUDANÇA E VIDA RELIGIOSA

Creio que os pobres poderão ensinar à Vida Religiosa o caminho duma nova sociedade, num mundo novo, numa cultura verdadeiramente humanizante.

Pe. Pedrinho A. Guareschi, CSSR

É claro que o tema não é simples nem fácil. Além de ser bastante difícil fazer uma análise aprofundada das facetas mais importantes da cultura hoje, mais difícil se torna entrever quais seriam as novas perspectivas e dimensões que vão se tornando hegemônicas e sobressalientes. Por tudo isso, uma análise assim não deixa de ser um pouco um exercício de futurologia.

De outro lado, percebe-se a importância do tema. Afinal, é dentro disso que teremos de viver e agir. E se quisermos ser eficientes e responder com relativa segurança aos sinais dos tempos, temos de parar um pouco e refletir com seriedade e profundidade sobre as manifestações centrais e importantes de nossa época.

Há ainda um motivo bastante sério: não existe um determinismo pré-definido. Esses mundos em mu-

dança se orientarão, ao menos em parte, na direção que nós lhe imprimirmos. Aqui reside a diferença total entre o determinista e o cristão. Os que assumem, certamente sem se dar conta, uma postura teórica funcionalista e sistêmica, assumem conseqüentemente, uma postura determinista, mecanicista. Cremos que é importante insistir nesse ponto: a maioria das teorias que subjazem à análise da nossa realidade (sociologia, psicologia social, comunicação), ou que servem de fundamento a nossa ação pedagógica (pedagogia, serviço social, psicologia) ressentem-se de pressupostos positivistas, funcionalistas, sistêmicos. O pressuposto filosófico da harmonia, da perpetuação do que está aí, do equilíbrio, conduz os agentes, quase que inconscientemente, a se colocarem diante da realidade e da história como simples contempladores, ou no máximo, reprodutores do

status quo. Isso implica, filosoficamente falando, na assunção dum mecanismo determinista, pois para essas teorias não há história, não há agente histórico: são teorias sem história. Qual o sujeito histórico duma teoria sistêmica? É o próprio sistema que se auto-sustenta, se autogoverna, se auto-regula. Alguns teóricos chegam a falar dum “gubernator”, um ente misterioso e onipresente que deslancharia os movimentos necessários. Quase como o termostato duma geladeira, que automaticamente ligaria ou desligaria o “sistema” quando estivesse muito frio ou quente. É esse o pensamento, por exemplo, de Golbery do Couto e Silva, o teórico da Doutrina da Segurança Nacional, que fala, ao explicar a sociedade, dum processo de sístole e diástole que, como num grande pulmão, iria governando a sociedade... Pode-se ver aqui o mecanicismo determinista que subjaz a tais teorias! Onde está o sujeito, em tal teoria? Onde a história?

Nossa postura teórica e analítica é bastante diversa. Pensamos o ser humano como pessoa-relação, agente e construtor da história, junto com seus iguais, em relações de colaboração e cooperação. O futuro está sempre em aberto: depende do que nos propusermos construir, sempre cientes das dificuldades e contratempos objetivos, pois, se são os homens que constroem a história, nem sempre ela será exatamente como desejam. Se queremos fugir a um determinismo castrador, não podemos cair num voluntarismo igualmente estéril.

Nessa discussão que enfrentamos, pretendemos caminhar por três passos inter-relacionados:

1. Uma tentativa de identificar três visões de ser humano que se mostram mais evidentes em nossos dias, em diferentes formações sociais. Paralelo a isso examinaríamos a filosofia que embasa tal visão, o tipo de sociedade que se concretiza e existe a partir da visão de ser humano e da filosofia e os comportamentos, ações, relações, condutas que podem ser visualizados e que derivam e por sua vez sustentam os pontos acima.

Esses quatro elementos: visão de ser humano, filosofia, sistema social, ação-comportamento constituem o que poderíamos chamar de cultura. É mais ou menos o conceito a que chega Marcello Azevedo (1988: 38-e 313-352) quando define cultura como sendo “o conjunto de sentidos e significações, de valores e padrões (filosofia), incorporados ou subjacentes a fenômenos perceptíveis da ação e comunicação de um grupo humano concreto (ação-comportamento). Quanto aos outros dois elementos, a visão de ser humano seria uma parte dos valores e sentidos, e o sistema social seria a concretização e a padronização de determinados comportamentos (Leis, instituições, etc.).

Esse conjunto de sentido e significação é assumido pelo grupo como a própria expressão de sua realidade humano-social; passa de geração a geração, sendo acrescido e transformado, conforme as circunstâncias ou necessidades.

2. Num segundo passo, tentaremos discutir alguns elementos, principalmente ligados ao fenômeno da comunicação que poderiam sugerir ou assinalar mudanças na nossa cultura.

3. Finalmente, quase como conclusão, nos perguntaríamos sobre quais as conseqüências disso para a Vida Religiosa, hoje.

1. Diferentes mundos culturais

Poderíamos agora, correndo o risco de simplificarmos por demasiado as coisas, mas como um grande auxílio metodológico, dizer que se podem vislumbrar, hoje em dia, três grandes visões de ser humano, fundamentadas em três filosofias que se concretizaram e se afirmam em três tipos de sistemas político-econômico-sociais, gerando e ao mesmo tempo sendo sustentados e expressos por ações, comportamentos e relações específicas: tudo isso passa a constituir o tecido social e cultural duma determinada sociedade, ou sociedades, numa determinada época. Nada disso é absolutamente fixo: tudo continua sempre perpassado por mudanças, às vezes superficiais, às vezes mais profundas, às vezes rápidas e tempestuosas, mas, em geral lentas e silenciosas, pois na maioria das vezes, uma mudança cultural leva longos anos para acontecer. Mas é possível detectar, para determinadas formações sociais e em determinadas épocas, traços gerais, tendenciais, relativamente estáveis, que constituem as características fundamentais desses lugares e dessas épocas.

Passaremos a discutir essas diferentes visões de ser humano, sustentadas por determinada filosofia, concretizada em determinado tipo de sociedade, gerando determinado tipo de comportamento e de relações que, dialeticamente, reproduzem e legitimam os três aspectos anteriores.

1.1. O mundo do liberalismo

É importante fazer um retrospecto histórico para se entender melhor a constituição e solidificação do liberalismo, principalmente em sua forma de sistema político-econômico-social que é o Capitalismo Liberal.

Os princípios liberais, que já começaram a se manifestar ainda nos séculos XVI e XVII, se extremaram e amadureceram na Revolução Francesa, quando passaram a domínio público e se tornaram bandeira de luta do povo em geral. Não podemos esquecer que por detrás das idéias liberais havia situações concretas de privilégios injustos e uma estratificação social que excluía, por princípio, a maioria da população. O pensamento liberal afirmava que todos os homens, ao nascer, têm os mesmos direitos e deveres, e que não deveriam existir grupos privilegiados, que, de antemão, já tivessem garantias e vantagens, pelo simples fato de nascerem em determinado segmento, pertencerem a determinado estrato da população ou serem aceitos em determinadas categorias. Concretamente, o que revoltava o povo era saber e constatar que, alguém, pelo simples fato de ser nobre, por exem-

plo, já tinha a vida garantida: já iria possuir determinados bens, usufruir de vantagens e privilégios, ter acesso à educação, trabalhos especiais, etc. Do mesmo modo, com respeito a outros grupos sociais que usufruíam, por lei, de benefícios específicos, como o clero, determinados segmentos das forças armadas, etc. A idéia liberal afirmava: nada de privilégios conseguidos de antemão! Se alguém quisesse possuir bens e gozar das riquezas, que as conquistasse, que lutasse! "Cada um por si, Deus por todos!" "Se quiser subir na vida, trabalhe." "Quem pode mais, chora menos!"

Não se poderia condenar, em princípio, tais aspirações. Elas se fundavam em bases de igualdade e de justiça. Evidentemente, não se poderiam vislumbrar, de imediato, as conseqüências funestas de tais princípios deixados sem controle. A competição e a concorrência do "quem pode mais chora menos" iriam gerar, de imediato, novas diferenças que se estruturariam em relações verticais de poder, domínio, posse, prestígio, *status*, etc. — exatamente aquilo que se queria evitar e proscrever.

A visão de ser humano que se fortifica e desenvolve é o do ser humano indivíduo, absoluto, separado de todo o resto, autônomo, independente de tudo. Ele não precisa prestar contas a ninguém; ao contrário, ele é o centro de tudo. O próprio Estado só tem sentido enquanto estiver em defesa desse indivíduo isolado, dono de si. "Segundo essa visão, a dignidade da

pessoa está na eficácia econômica e na liberdade individual" (P. 312). Encerrado em si mesmo, esse indivíduo tranca-se às exigências da justiça e coloca-se a serviço do seu bem particular, egoísta.

Percebe-se claramente a que tipo de sistema político-econômico-social tal filosofia e tal visão de ser humano iriam conduzir: ao Capitalismo Liberal, ou Liberalismo Capitalista que "considera o lucro como o motor essencial do progresso econômico, a concorrência como Lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limites nem obrigações sociais correspondentes" (P. 26). Assim os privilégios ilegítimos, derivados do direito absoluto de propriedade, causam contrastes escandalosos e uma situação de dependência e opressão, tanto no âmbito nacional quanto internacional (P. 542).

Os três níveis descritos acima (visão do Ser humano, filosofia subjacente e sistema social) não são realidades que se apalpm ou que se vêem empiricamente. Mas não deixam de ser realidades. Há, porém, um quarto nível que revela e manifesta os três níveis anteriores: o nível das ações, dos comportamentos, das atitudes, das relações. É aqui que podemos observar e analisar como se concretizam os níveis acima. E é aqui também que a pessoa pode fazer seu julgamento ético, pois as ações e relações podem receber um julgamento de valor.

Que se observa aí?

Não é difícil ver, de imediato, que o comportamento predominante em pessoas que bebem do liberalismo e consideram o ser humano como alguém isolado e absoluto, é um comportamento individualista, egoísta, egocêntrico. Ele é o centro de tudo, tudo converge para ele, não tem nada a ver com ninguém. As relações que se estruturam são necessariamente relações verticais; se “quem pode mais chora menos” e se “cada um por si, Deus por todos”, a consequência é que alguém vai poder mais que os outros e vai se colocar acima dos outros, estabelecendo estratificações, camadas, classes, de acordo com o poder, o prestígio, a posse, o *status*, etc.

Indo mais a fundo, vemos que toda nossa sociedade se baseia em relações de diferenciação e de discriminação. Toda propaganda está estruturada e reforça essas relações. Eu só posso ter prestígio se alguém tem menos do que eu. Eu só posso ter status se alguém possui menos status. Os economistas Paul Baran e Paul Sweezy mostraram muito bem esse papel da propaganda numa sociedade capitalista que necessita fazer pessoas diferentes: “A aspiração a status e o esnobismo, a discriminação racial e sexual, o egoísmo e a carência de contato, a inveja, a cobiça, a avareza e a ausência de escrúpulos — nenhuma dessas atitudes é criada pela propaganda, mas todas são usadas e articuladas por ela”.

1.2. O mundo do coletivismo (totalitarismo)

No outro extremo do quadro nos defrontamos com uma visão de ser humano onde o ser humano passa a ser, na expressão da “*Laborem Exercens*”, “uma peça da máquina”, apenas uma parte dum todo. A pessoa em si não interessa: o que interessa é o conjunto, é o grupo, é o Estado, é o social. Desaparece a individualidade para surgir apenas o conjunto.

Tal visão de ser humano também está sustentada por uma filosofia, que é o totalitarismo, ou coletivismo, ou sociologismo. Sem talvez se darem conta, os primeiros sociólogos foram, em parte responsáveis por uma exacerbação do social. É normal que quando alguém descubra algo novo, se deixe quase que obcecar e cegar pela idéia e pela descoberta, perdendo em parte a visão do todo (sabemos da influência de Lilienfeld na estruturação do Fascismo). Demora-se algum tempo para se chegar novamente ao equilíbrio.

Essa concepção de ser humano, sustentada por tal filosofia, não demorou também a se concretizar em sistemas político-econômico-sociais. Foram várias as investidas e várias as experiências históricas, algumas cada vez menos, ainda presentes hoje. Entre elas podemos citar o Fascismo, o Nazismo, a burocracia totalitária (Estados de partido único) e os regimes baseados na Doutrina da Segurança Nacional.

Os regimes coletivistas e totalitários surgem sempre na história quando os grupos dominantes não conseguem conviver com um pluralismo de idéias ou situações diferentes das que eles julgam as únicas possíveis: daí o absolutismo. Exemplo clássico disso são o Nazismo, o Fascismo e os regimes baseados na Segurança Nacional. Quando as contradições internas começavam a se tornar agudas, isto é, quando os grupos sociais dominados ou explorados começavam a se organizar, a aristocracia e os donos do capital sentiram que poderiam perder seu poderio absoluto e começaram a reagir. Interessante, porém, é que esses grupos absolutistas não se fixam realmente na verdadeira causa, isto é, o perigo de perderem seus privilégios e por isso lutarem para destruir seus adversários. A tática usada por elas é diferente: inventam uma ideologia que consiga unificar a toda a nação, a todos os segmentos ou classes duma sociedade. Na Alemanha se criou a ideologia (a idéia-força) da raça pura, superior, a raça ariana, que no momento em que fosse purificada, dominaria sobre todas as outras por milênios. Na Itália, se recorreu à idéia do retorno ao esplendor da República Romana, representada pelo "fascis"-facho: daí o fascismo. Na América Latina, no momento em que os trabalhadores do campo e da cidade, os estudantes, e até mesmo os grupos militares subalternos começaram a se movimentar, ainda num processo populista, os aristocratas e donos dos meios de produção se assustaram,

pois isso poderia conduzir a um sistema político-econômico diferente, como estava acontecendo em Cuba. Isso desgostou tanto aos donos do Império, os Estados Unidos, como às elites mandantes da América Latina. A ideologia que se inventou então foi a da "Segurança Nacional", que no fundo era a segurança do capital, colocando o comunismo internacional como o supremo perigo, quando de fato o que se queria era garantir a manutenção e perpetuação do sistema capitalista a nível nacional e regional.

É importante assinalar que muitas vezes se configura um totalitarismo, apesar de no discurso, ou nas justificações, se garantir que o regime é democrático. Assim, por exemplo, sempre que uma classe, ou um partido, controla todo poder, sem permitir um verdadeiro diálogo e uma legítima representação das diversas partes, vive-se um totalitarismo concreto. Isso pode acontecer até mesmo quando o executivo passa a controlar o legislativo e o judiciário, ou quando, numa sociedade como a nossa, as empresas de comunicação, que exercem o papel controlador da informação e legitimador de regimes ou governantes, passam a ter um poderio quase total e absoluto.

Que se constata em tais situações e que tipo de ações e relações se tornam comuns e hegemônicas?

Temos aqui o mundo da planificação, da massificação, da uniformização. Todos passam a ser números, partes dum todo. O anôni-

mato se concretiza: ninguém mais tem oportunidade de dizer sua palavra e escutar sua voz. Todos fazem parte da grande massa, do público que vê, escuta e recebe. Não há mais oportunidade para a pergunta; em contrapartida, existem já prontas todas as respostas. Desaparece a iniciativa, a criatividade. Talvez a melhor expressão dessa situação é a burocracia. As pessoas passam a ser repartições estanques, que só recebem, de mão única, dirigidas por um grande "governador", que tem uma grande boca e um olho só. Na discussão da segunda parte voltaremos a esse ponto, que parece ser sumamente atual em nossos dias, em nossa cultura e na fortificação de novas culturas.

1.3. O mundo da solidariedade

Existiria uma maneira de superação desses dois mundos que, como diz Puebla (550), "atentam contra a dignidade da pessoa humana"?

Pensamos que é possível entrever uma outra alternativa, que não se poderia dizer nova, pois foi sempre aspiração de muitos, mas que talvez, esteja tomando configurações diferentes nos nossos dias, principalmente a partir do mundo dos pobres, em especial da América Latina.

O ser humano não é visto nem como um indivíduo isolado, fechado em si mesmo, nem como uma peça numa máquina, mas como pessoa-relação. A essência do ser humano é "ser para"; ele, bebendo do próprio mistério trinitário, onde as

pessoas são relação, se vê e se define como alguém para, alguém a serviço, cuja essência é estabelecer relações, ser comunhão.

Não é fácil, dentro de nosso mundo individualista, onde a filosofia liberal penetrou e se cristalizou em nossa alma, compreender-se e definir-se como pessoa-relação. A filosofia que embasaria tal concepção de ser humano seria o solidarismo, o comunitarismo, o personalismo.

Numa perspectiva teológica, torna-se bem mais fácil fundamentar essa filosofia humanista. Se partimos da Trindade, causa eficiente e exemplar do ser humano, reconhecemos a plena realização das pessoas em relações de comunhão, à imitação das pessoas de Deus. O próprio Cristo, ao elencar as condições de ser discípulo, propõe claramente a contradição misteriosa da realização cristã: ganha a vida quem perde a vida; na medida em que perdemos a vida pelos irmãos, a exemplo d'Ele mesmo, ganhamos a vida, nos realizamos.

Mas também a partir duma argumentação humanista é possível mostrar que o ser humano se constrói a partir de relações. É assim que se pode dizer que a essência do ser humano é amar e ser amado. Bem diferente da filosofia liberalista, que coloca a essência da realização humana no TER, isto é, no número de terras, propriedades, prestígio, fundos bancários, a filosofia solidarista coloca a realização humana no SER. Mas que seria o SER? A ma-

terialização do SER é o estabelecimento de relações. Quanto mais eu me relaciono, quanto mais eu amo, me dão aos demais, mais eu SOU. Uma pessoa que se isola, se tranca sobre si mesma, se empobrece, de-finha. A pior doença é a doença do isolamento, do egocentrismo.

Deve-se alertar aqui para um ponto contraditório que está presente na relação: assim como ela constrói o ser humano, assim como ela o edifica e realiza no momento em que essa relação é positiva, isto é, é de comunhão, fraternidade, justiça, solidariedade, assim também, contraditoriamente, essa relação pode destruir, ferir, desgraçar o ser humano quando ela é negativa, isto é, quando a relação é de ódio, de exploração, de dominação, de injustiça. Há pois, relações que edificam, que elevam e realizam o ser humano; e há relações que destroem, que mantêm o ser humano preso, inacabado, solitário, apenas projeto, não-ser.

Poder-se-ia dizer que essa filosofia e essa visão de ser humano já se materializaram em movimentos históricos concretos?

Certamente não podemos dizer que haverá, no decorrer da história, algum projeto que concretize, com perfeição, essa visão. E isso é assim pelo simples fato de todas as sociedades serem históricas, e por isso mesmo relativas, imperfeitas, incompletas. Mas também não se pode negar que há movimentos históricos concretos que se aproximaram muito dessa utopia. Talvez não

em grande escala, mas em pequenas e reduzidas situações houve agrupamentos humanos que tentaram vencer esse ideal. E nem se necessita buscar tais experiências históricas apenas em grupos religiosos cristãos. Muitos povos, mesmo não inspirados diretamente pelo Cristianismo, chegaram a construir modos de vida humana dignos, onde a justiça e a solidariedade eram valores centrais. É claro que a inspiração evangélica certamente contribuiu para o surgimento de outros muitos, em maior ou menor escala, de maior ou menor envergadura.

Se não temos uma denominação para esse modelo de sociedade, temos contudo uma palavra-chave que, principalmente em nossa realidade latino-americana, vai se tornando uma realidade sempre mais procurada e desejada: é a comunidade. No modelo comunitário, "onde todos são chamados pelo nome", supera-se a massificação e o anonimato duma parte, mas ninguém vive só, doutra parte. Quando se afirma que "só nos salvamos em comunidade" talvez não estejamos nos dando conta da profundidade e do desafio que essa afirmação contém. Salvar-se em comunidade significa que nossa realização só se dá em comunidade. E isso torna-se claro porque é somente na comunidade que se podem dar relações (sozinho ninguém se relaciona). É, pois, na comunidade que a pessoa se realiza, na comunidade que ela pode desenvolver suas faculdades, seus dons. A própria dignidade da pessoa está ligada à comunidade.

O próprio conceito de liberdade varia de acordo com a visão que se tem de ser humano. Para o liberalismo, liberdade é cada um poder fazer o que quiser; com isso, alguns fazem, de fato, tudo o que querem, mas a maioria não consegue fazer nem o que necessita. No mundo do coletivismo, liberdade só existe enquanto o todo estiver salvaguardado: a segurança nacional está acima da segurança e da liberdade das pessoas. Entre esses extremos coloca-se a liberdade da pessoa, mas relacionada à liberdade dos outros membros da comunidade, isto é, ligada ao bem comum. A realização livre e digna da pessoa se dá nas relações fraternas, solidárias e justas da comunidade.

As ações e relações que manifestam e expressam tal visão de ser humano, podem ser enunciadas, em sua dimensão positiva, como sendo o amor (São João, na sua experiência profunda de Deus O definiu como Amor), a comunhão, a fraternidade, a justiça, a solidariedade, a partilha, etc.

O quadro da página 306 poderá resumir o que vínhamos dizendo até agora:

2. Entrevendo um novo mundo cultural

Após esse pequeno exercício de tentativa de delimitação de visões de mundos culturais diferentes, certamente ainda muito imperfeita, pois esses mundos nunca se apresentaram totalmente homogêneos, poderíamos nos perguntar se há indícios

de que algum desses mundos esteja se mostrando preponderante, ou em ascendência. É apenas uma tentativa de análise. Certamente vai se misturar aqui o que já existe, com o que se deseja. Isso não deve estranhar, pois a simples formulação ou discussão dum assunto já contém em si uma ação, ou de promoção, ou de rejeição desse assunto. Ao falarmos num assunto deixamos transparecer nossas cosmovisões, nossos valores, nosso ideal de vida societária.

Nessa análise a que nos propomos, teremos sempre presente, quase que como um referencial geral, a problemática da comunicação, entendida em seu sentido mais amplo. Isso também não é por acaso. Se a "terceira onda" talvez não seja tão forte e abrangente, ela é, certamente, uma presença muito forte no nosso mundo de hoje. Se a comunicação não chega a construir toda a realidade, se ela não está presente como fator principal na nova construção cultural que vai acontecendo, ela é, certamente, parceira importante e indispensável dessa nova criação.

Talvez já possamos adiantar a tese (precária) que desejaríamos sustentar: na superação duma parte dum liberalismo desumano que feriu e reduziu o ser humano duma maneira profunda e, de outra parte, dum totalitarismo que avassalou esse ser humano, nivelando-o e massificando-o, começa-se a entrever o nascimento duma nova maneira de viver.

DIFERENTES MUNDOS CULTURAIS — Quadro

Conceito do Ser Humano	Indivíduo	Pessoa = relação	"Peça da máquina"
Filosofia subjacente	Liberalismo	Solidarismo Comunitarismo Personalismo	Coletivismos Totalitarismo Sociologismo
Tipo de Sociedade	Capitalismo liberal	"Comunidade"	Fascismo Nazismo Estados de partido único Estados de Segurança Nacional
Condutas Ações Relações	Individualismo Egocentrismo Competição Relações verticais (status, poder, etc.)	Solidariedade Comunhão Justiça Amor	Massificação Anonimato Burocracia

Num corte histórico, talvez o individualismo liberal tenha predominado mais tempo que o totalitarismo coletivista; isso por que o surgimento dos movimentos históricos totalitários foram, ao menos em parte, reação aos desmandos do liberalismo. O grito de igualdade, na revolução social, foi uma resposta ao grito de liberdade da revolução liberal: o liberalismo gerou o nivelamento.

Não se usa muito, desde há algum tempo, citar McLuhan. Nos últimos anos, porém, seu trabalho está sendo mais e mais retomado. cremos que não estaríamos muito longe da realidade ao afirmarmos que o individualismo se coaduna fortemente com o que McLuhan chamou de "mundo destribalizado". Em contraposição ao "mundo tribal" onde a comunicação era baseada no acústico, na fala e exigia a comunidade, o "mundo destribalizado" prescinde da presença de outras pessoas. A pessoa se comunica só escrevendo o que pensa, lendo um livro. Ainda mais: a alfabetização introjeta nas pessoas as idéias de ordem, sucessão, equidistância, linearidade. Ignora-se tudo, menos uma coisa de cada vez. É a era da linha de montagem: um por um, uma coisa de cada vez. Refugiam-se no silêncio, os filhos do "mundo destribalizado", da era mecânica, da linha de montagem.

O que se nota, então, é que o tipo de comunicação tem a ver com a configuração do ser humano. O elemento essencial da teoria de McLuhan é a idéia de que o pró-

prio meio é a mensagem. Em seu livro "The Medium is the Massage" (1967), ele tenta mostrar como o meio é a mensagem, sim, mas é também, em grande parte, a mensagem que plasma as pessoas.

Sem querermos levar às últimas conseqüências essa teoria de McLuhan, é importante considerar até que ponto os dados concretos vão confirmando essa afirmação. Vimos, anteriormente, que a relação é fundamental na formação e construção do ser humano. E são relações que o constroem e relações que o destroem. Entre as muitas relações que se estabelecem, uma das centrais é a comunicação. Há estudiosos que mostram como a comunicação chega a construir a própria realidade: as coisas passam a existir, ou deixam de existir, se são comunicadas. Como conseqüência, quem detém a comunicação, detém o poder: a comunicação torna-se um poder, e em nossa sociedade, toda ela eletrônica, talvez ela se torne o poder central, não o quarto, mas o primeiro poder.

Mas se, como vimos antes, o "mundo destribalizado" e a comunicação escrita levaram ao desenvolvimento da vista e à formação de um ser humano isolado, ensimesmado, um ser onde as idéias de ordem, sucessão, equidistância, linearidade são introjetadas, e onde a pessoa não pode fazer nada a não ser uma coisa de cada vez, o mundo de hoje caracteriza-se por um outro tipo de comunicação, que McLuhan (1962-1969) chama de mundo "retribalizado", determinado pelos no-

vos meios eletrônicos de comunicação (*).

Os meios de comunicação passam a envolver os seres humanos num novo espaço acústico, onde eles são bombardeados instantaneamente por variadíssimas e inúmeras informações de todas as partes do mundo.

Vivemos um ritmo de tempo e de vida extremamente rápido, acelerado. Numa cidade regular, uma pessoa recebe, hoje, 2 a 3 mil informações por dia; nas grandes megálópoles, esse número chega a 10 mil informações diárias. Quem visita um Shopping Center, se depara com 100 a 200 mil produtos diferentes. Os produtos habituais, de consumo, numa cidade moderna, chegam a mais ou menos 50 mil e se renovam de 5 em 5 anos. A voz do rádio e da televisão é ouvida pela tribo humana na "aldeia global".

Queremos deter-nos mais a fundo nessa análise pois parece ser aqui que se está configurando um novo tipo de pessoa, numa nova cultura.

Os comportamentos desnorteantes da juventude, mais diretamente ligada ao mundo da comunicação eletrônica, certamente têm a ver com a nova comunicação acústica implosiva. Acusa-se aos jovens que "es-

tão em outra". Na realidade, assistimos à lenta ascensão de um novo modo de ser e de pensar. Babin e Kouloumdjian, em seu estudo "Os Novos Modos de Compreender", tentam provar a hipótese de que "o meio tecnológico moderno, em particular a invasão das mídias e o emprego de aparelhos eletrônicos na vida cotidiana, modela progressivamente um outro comportamento intelectual e afetivo" (1989:11).

É fácil aqui cair em julgamentos moralizantes ou condenatórios. Mas, antes de tudo, precisamos saber de que era nós somos frutos; com que critérios podemos julgar ou condenar os jovens de hoje. Seldes nos desafia a pensar um pouco nessa direção: "Uma das críticas mais comuns é que o cinema, o rádio e a televisão não podem substituir os compêndios de estudo. Séculos atrás os livros impressos para uso dos estudantes foram denunciados porque não podiam ter a autoridade dos mestres falando diretamente com os alunos" (1968:235). Será que não é novamente uma relação de autoridade que está por detrás de muita discussão e condenação? À medida que vamos perdendo nosso espaço e nossa posição dominante, poderemos estar racionalizando ou justificando nossa incapacidade de compreensão e eficiência com argumentos que absolutamente não seriam científicos e realistas. Os homens da era e da cultura gutenberguiana (foi no livro *The Gutenberg Galaxy* — (1962) que McLuhan analisou a cultura e o tipo de ser humano criado pela alfabetização e pelo "mundo destribilizado") têm

* É interessante o fato mostrado em estudos da época que revelou que as pessoas alfabetizadas, quando do treinamento dos exércitos napoleônicos, aprendiam a marchar em batalhões, companhias etc., em poucos dias. Os analfabetos, pelo contrário, levavam meses para se acostumar à ordem, sucessão, equidistância, linearidade. Seria isso um fato casual?

dificuldade em penetrar nesse novo mundo, e as acusações e questionamentos se sucedem. Por exemplo: Dizem que as crianças que usam a TV aprendem menos.

Uma pesquisa de 10 anos, comparando mais de mil escolas que usavam a TV com outras tantas que não a empregavam, chegou ao resultado de que nem uma, nem outra é melhor, mas que começa a existir um novo tipo de criança. As das escolas tradicionais tinham mais senso de hierarquia, obediência, vocabulário mais preciso, mais memória, melhor escrita; mas as da TV eram mais vivas, perguntavam mais, com linguagem mais desenvolvida, menos medo do diálogo, resolviam melhor os problemas que apareciam (cf. Babin e Koulloumdjian, 1989: 14-15).

Costuma-se dizer que devido aos meios de comunicação, processa-se nos jovens um achatamento, uma massagem inconsciente que leva a um esmigalhamento do homem: vê-se tudo, ouve-se tudo, sem ordem, sem análise, sem contexto, de maneira sucessiva e fragmentada. A criança francesa assiste ao redor de 2,5 horas de TV por dia; a americana bem mais: um jovem de 18 anos teria passado 20.000 horas diante da TV e unicamente 10.800 na escola; um homem de 75 anos, teria passado 9 anos de sua vida diante da televisão. Em vilas periféricas de Porto Alegre, uma criança de 5 a 6 anos passa em média 5 horas por dia diante da TV.

Se consideramos as mídias com um meio de conhecimento, do ponto

de vista escolar, talvez, isso seja verdade. Mas se as mídias fossem um caminho, uma rua, uma janela, um passeio pela floresta, caminho na verdade insuficiente, mas necessário para um conhecimento e uma comunicação mais profunda? Um outro modo de conhecer?

Também se afirma que os meios de comunicação, principalmente a TV, levam a um aumento de passividade.

Há, sim, uma espécie de passividade que não vem do fato de se assistir à TV ou de se estar exposto a mil mídias, mas do fato de o poder de impacto dessas mídias e da sociedade que as mantém, ser forte demais para a subjetividade das pessoas, principalmente das crianças, de tal modo que elas são literalmente "cegadas", super-alimentadas... as vozes são tão altas, tão implacáveis, que não se pode mais ouvir o que se tem na cabeça. O que torna passivo, essencialmente passivo, é a conformidade ao sistema, sem poder de crítica ou de interiorização. A conclusão a que chegam Babin e Koulloumdjian é que é importante a influência do meio no qual as mídias são recebidas. O não falar da criança não é fundamental porque assiste TV, mas porque é impedida de falar pelos pais.

A discussão do mundo cultural do homem audiovisual afirma que ele também raciocina, talvez de outra maneira, mas raciocina. Uma vez que o raciocínio define-se por julgamentos ou elementos que se ligam uns aos outros, parece falso dizer que não há ligação na relação das

linhas, das massas, no jogo de cores, na ordem das partes? O que, numa foto, chamamos de composição e enquadramento não será mais que um termo visual para dizer raciocínio? Os termos que empregamos para caracterizar as relações no discurso audiovisual são diferentes dos empregados para caracterizar o discurso verbal: num, chamamos de educação, relação de causalidade; noutro, de harmonia das relações, estética das ligações, unidade da experiência. Poder-se-á dizer que há o risco da perversão do raciocínio por invasão da afetividade. O "gostei" pode ser critério decisivo, sobre o racional. O importante é integrar os dois. Se, num procedimento tradicional, durante muito tempo desconfiou-se da imaginação e da afetividade, o universo audiovisual nos leva a integrar esses dois parceiros.

É possível entrever uma nova dimensão cultural?

Tentamos configurar, muito superficialmente, a cultura do homem gutenberguiano e do homem audiovisual, essa ainda muito mais presente e dominante do que aquela. Poderíamos, talvez, em termos gerais e amplos, vislumbrar certa semelhança, muito longínqua certamente, entre a visão dum ser humano individualista, no primeiro, e um ser humano massificado, coletivizado, no segundo. Vimos também como a relação de comunicação está fortemente presente nos dois tipos de ser humano e cultura. Não podemos negar que, tanto a comunicação do "mundo destribilizado" como do "mundo retribalizado",

possui seus elementos positivos dum lado e preocupantes do outro. Como garantir a individualidade, a autonomia da consciência, a liberdade, diante desses desafios?

Creemos que não estaríamos muito deslocados ao sugerir que na visão do ser humano pessoa-relação, dentro duma dimensão social comunitária, poderíamos vislumbrar tentativas de sínteses, sempre precárias, que poderiam questionar e fornecer elementos que viessem beneficiar a pessoa em sociedade. As próprias pesquisas sugerem pistas nessa direção.

Os estudos de Mireille Chalvon (1979) mostra que o próprio impacto duma comunicação massificante e totalizante depende, e é modificada, no momento em que exista um espaço onde se dêem relações personalizadas, isto é, em situações onde esses problemas são discutidos numa relação de verdadeiro diálogo e tentativa de compreensão por ambas as partes.

Tudo parece convergir para uma superação tanto do individualismo, dum lado, como da massificação e anonimato, do outro. É extremamente ilustrativo discutir, nesse contexto, os acontecimentos do Leste Europeu. A que levou o crescimento da burocracia? Suponhamos, o que em parte é verdadeiro, que o nível de vida fosse até aceitável (na maioria dos países do Leste Europeu ele é várias vezes superior ao dos satélites do bloco capitalista); mas o ser humano deseja algo mais que fatalidade (determinação burocrática) ou facilidade

(tudo pronto, tudo garantido): ele quer ter o direito de decidir, de dizer sua palavra, de expressar seu pensamento, de professar sua fé.

Está em discussão o tipo e o conceito de liberdade que se quer. Não é nem a liberdade individualista, que teoricamente reconhece como limite a liberdade e o direito do outro, mas nunca chega a demarcar com nitidez este limite; nem a liberdade burocrática, fatalista, onde tudo já está pré-determinado. O que se quer é uma liberdade social, baseada na idéia de responsabilidade do indivíduo pelo bem de todos. A primeira idéia de liberdade foi desenvolvida de modo radical a partir da Renascença. A segunda, a partir das experiências totalizantes do socialismo real. A liberdade social tem suas raízes bem mais profundas, que se refletem por exemplo, no Novo Testamento, quando Paulo descreve a liberdade como ser livre para tornar-se escravos uns dos outros (Gl 5,13); é a liberdade que nasce da relação e se constrói na relação de serviço, generosidade, da caridade política.

Cremos que é aqui que se coloca, dentro do grande contexto duma nova sociedade e do nascimento do homem novo, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base principalmente, a partir da América Latina. Superando as duas grandes correntes dominantes, começa a se construir, a partir dos pobres e dos oprimidos, uma experiência de vida e de cultura que vem resgatar o sentido profundo da vivência huma-

na. Na sua pobreza, as CEBs desafiam e questionam grandes poderes. Trazem preocupações dos senhores do Império: os planos de Reagan e Busch (Santa Fé I e II) referem-se a essa experiência, sustentada pela Teologia da Libertação, como possível ameaça ao poderio do Norte. E em sua simplicidade, essas comunidades se tornam também um sério questionamento à burocracia, mesmo eclesiástica. Corre-se o perigo, devido a pressões internas, dum aumento progressivo da burocracia que estudos revelam crescer até 10% ao ano: as reuniões nunca são suficientes; os documentos se sucedem; não há pessoal que baste; não há verbas que cheguem; os relatórios nunca terminam. A Igreja "paroquial" é um exemplo claro disso. Será que não deveríamos aprender de Gorbachov a lutar contra essa burocracia crescente? Ou queremos chegar até ao fim, quando a burocracia tiver tomado conta de quase tudo e tiver estancado, em grande parte, a liberdade? É nesse sentido que as CEBs, povo reunido à semelhança das Pessoas da Trindade, são uma forte sugestão à construção duma nova sociedade, dentro de novas relações, entrevedendo uma nova cultura.

3. A Vida Religiosa nesse contexto

Cada comunidade religiosa deveria se perguntar, se questionar e se revisar tentando descobrir que influências recebe desses diversos mundos culturais e que tipo de relações-ações está incentivando e desenvolvendo.

Certamente, muitas comunidades vão descobrir que a burocracia e o culto à instituição ainda são valores centrais em sua prática. Sacrificam-se vidas para salvar "aquele colégio que representa a tradição de nossa Província, pois foi lá que iniciamos e não podemos fechá-lo" (o fato é real). No entanto, tal colégio está no centro da cidade totalmente servido por mil outras escolas, educando quase que exclusivamente filhos de ricos, quando a finalidade da Congregação é servir aos pobres, a partir das periferias. Não será isso um exemplo de totalitarismo, de colocar a instituição acima do carisma, acima dos sinais do Espírito?

Mas o desafio maior, para a Vida Religiosa, reside certamente na tentativa de formação de comunidades que sejam verdadeiramente comunidade, isto é, "onde todos podem ser chamados pelo nome" e onde as relações sejam realmente inspiradas na Trindade: comunhão, amizade profunda, transparência, entre-ajuda, solidariedade, partilha. Se há um testemunho que pode ser revolucionário e profético hoje é o testemunho duma vida comunitária autêntica e profunda, onde se superam: duma parte o individualismo, a competição, a concorrência, o "quem pode mais chorá menos", o "cada um por si, Deus por todos"; e de outra parte, onde se supera a massificação, o anonimato das grandes massas, a burocracia onde a pessoa não passa dum número.

Acho que é importante prestar bem atenção a esses dois pontos:

existem hoje, para a Vida Religiosa e para a pastoral em geral, dois grandes perigos: a burocracia dum lado e a competição do outro. A burocracia vai se baseando nas reuniões, planejamentos sem fim, pilhas de papel (qual o papel que atinge mesmo as pessoas?) primazia do indireto sobre o direto, do abstrato sobre o concreto. A competição provoca e incentiva as pessoas à especialização para poderem se garantir na vida, numa sociedade terrivelmente competitiva e profissionalizada (especializada) como a nossa: há 60.000 profissões diferentes numa grande megalópole.

Ambas as situações parecem inevitáveis. Ambas se constituem como ameaça à realização plena da pessoa humana. Poderá a Vida Religiosa ser sinal de esperança e utopia nessas situações? Será possível começar a experiência dum novo estilo de vida, duma nova possibilidade de relacionamento, dum novo projeto cultural?

Na sequência do que vimos analisando, acenamos para vislumbres precários de novas saídas que o Espírito vem fazendo acontecer. Do Leste Europeu o grito de liberdade contra a burocracia e a massificação deve ser sinal claro para os religiosos. Alguém chegou a afirmar: "As obras espirituais mais fortes da atualidade são os livros de M. Gorbatchov. Os conceitos de "perestroika" e de "glasnost" são fundamentais... a sociedade precisa de liberdade. Do mundo capitalista colhemos os frutos da morte e da des-

truição que o liberalismo semeou: morrem, no Brasil, de sub-nutrição, mais de mil crianças por dia (dados da UNICEF). Permaneceremos indiferentes a esses sinais?

Novamente, cremos que os pobres poderão nos ensinar o caminho duma nova sociedade, num mundo novo, numa cultura verdadeiramente humanizante. Quanto aprenderam

os religiosos das experiências das comunidades de base?

Mas o Espírito continua a soprar: as experiências das pequenas comunidades (o primeiro passo na superação da massificação) e das comunidades inseridas (a coragem de ir aprender com eles, os pobres) parecem ser sinais esperançosos de algo novo que se aproxima. □

BIBLIOGRAFIA

1. Azevedo, Marcello. Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da fé. São Paulo: Loyola, 1986.

2. Azevedo, Marcello. "Evangelização, Inculturação e Vida Religiosa", in *Convergência*, Rio de Janeiro, Jan. 1988, pp. 33-47.

3. Babin, Pierre e Kouloumdjian, Marie-France. Os Novos Modos de Compreender a geração do audiovisual e do computador. S. Paulo: Paulinas, 1989.

4. Chalvon, Mireille. L'enfant devant la television. Paris: Casterman, 1979.

5. McLuhan, Marshall. The Gutenberg Galaxy. Toronto: University of Toronto Press, 1962.

6. McLuhan, Marshall. Os meios de Comunicação. S. Paulo: Cultrix, 1969.

7. McLuhan, Marshall. The Medium is the Massage. N. Iorque: Random House, 1967.

8. Puebla: A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina. S. Paulo Edições Loyola, 1979.

9. Seldes, Gilbert. Revolução na Comunicação. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

Ecologia & Fraternidade

Está gravemente enferma uma sociedade que protesta em favor dos irracionais e se omite quando se trata do homem. Envolvidos pelo egoísmo, impermeáveis, passamos ao largo. Pode ser justo o grito em defesa da ecologia pois o desenvolvimento tem sido cruel em relação a ela. Pode ser, também, um acontecimento louvável a adesão formal do empresariado à causa ecológica, pois o nosso capitalismo só preservou, de fato, a própria ganância. Mas, nossa paixão deve ser instilar na alma dos donos e das gentes do Brasil, menor dose de romantismo ingênuo e um pouco mais de decência, espírito público e fraternidade, em benefício, não dos jacarés do pântano e dos morcegos da floresta, mas de nós mesmos, os racionais. Se é complexo equacionar preservação ambiental com necessidades práticas mínimas de conforto e higiene, é óbvio, também, que miséria e ecologia nunca combinarão (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

CELEBRANDO O CENTENÁRIO DA RERUM NOVARUM

LEONARDO MURIALDO E A QUESTÃO OPERÁRIA 1828-1900

*"Maldito o trabalho que estrangula em seus laços
uma vida em botão e despedaça a juventude.
Maldito o trabalho que produz
riqueza criando a miséria. Maldito o
trabalho que dá a vida à máquina tirando-a do homem."*

Pe. Geraldo Boniatti
Caxias do Sul, RS

Os Josefinos de Murialdo e as Irmãs Murialdinas de São José estão celebrando os 90 anos da morte de S. Leonardo Murialdo e o centenário da publicação da Rerum Novarum. Os dois eventos são muito significativos para ambas as famílias religiosas. Em 1991 está sendo dado um destaque para a Rerum Novarum, não apenas por causa da comemoração do centenário da mesma, mas porque Murialdo, que é o fundador dos Josefinos e de cuja espiritualidade também nasceram as Irmãs Murialdinas de S. José, foi um dos precursores da publicação deste importante documento do ensino social da Igreja, feito por Leão XIII, em 1891.

Quem foi Leonardo Murialdo?

Filho de um próspero banqueiro da cidade de Turim na Itália. Nas-

ceu em 1828. Exceto em breves intervalos de tempo, passou toda a sua vida nesta cidade, onde veio a falecer no dia 30 de março de 1900.

Na infância contou com o carinho da mãe e das irmãs, pois ficou órfão de pai com apenas 5 anos de idade. Estudou nos melhores colégios da época. Dedicou-se muito aos estudos. Durante toda a vida procurou aprimorar seus conhecimentos para o bem dos outros. Da família herdou os valores cristãos e, a partir de uma profunda crise na adolescência-juventude, direcionou toda a sua vida para valores cristãos. Sentiu-se amado, perdoado por Deus e assumiu concretamente a missão de ser um divulgador do amor misericordioso de Deus entre os jovens, os menores abandonados, os filhos de operários.

Em que tempo viveu?

Murialdo viveu em pleno Ressurgimento Italiano: A história da vida dele está ligada à história da Igreja do seu tempo. Um período particularmente delicado devido ao surgimento de novos tempos no que se refere ao trabalho e à vida na sociedade. Tempo do começo da era industrial na Itália do norte, por volta dos anos de 1850. Nessa nova realidade Murialdo assumiu o compromisso de ser uma mediação do amor misericordioso de Deus entre os mais desfigurados da sociedade. Foi assim que dentre as muitas maneiras de servir a humanidade, escolheu a do ministério sacerdotal.

Tornou-se sacerdote diocesano em 1851 após fazer doutorado em teologia. Entre os pensamentos que escreveu na sua juventude encontramos o seguinte, que de certa forma orientou toda a vida de sacerdote educador e mais tarde fundador de uma congregação religiosa: *"Valoriza a sabedoria do passado, mas sê sintonizante com o teu tempo. Escuta e compreende as vozes do universo, da tua terra, da tua gente, da tua cidade, da tua pátria; as vozes dos que sofrem, dos pobres, dos oprimidos."*

Sua Obra

Diante do novo que estava acontecendo sentiu dentro de si que era preciso fazer algo, imediatamente, para que a organização do trabalho fosse feita a partir de valores evangélicos. Em campo eclesiástico eram poucos os que se preocupavam com

o novo social emergente. Trocou idéias com muitos leigos cristãos sobre a situação desumana em que estavam sendo atiradas centenas de famílias que migravam para a cidade de Turim em busca de uma vida melhor, trabalhando nas fábricas. Mas essa vida melhor não aconteceu. A problemática normal de uma periferia, estava ali presente. Desafios de toda a ordem: na saúde, na educação, na religião, no desemprego, na falta de moradias. Tudo isto foi atormentando o coração do jovem sacerdote Leonardo Murialdo. De imediato dedicou sua vida nos Oratórios organizados por D. Bosco. Nestes Oratórios se reuniam os jovens para jogar, conviver com os colegas, para receberem também orientação cristã. Foi ali que ele entendeu mais profundamente os problemas do trabalho desumano, a tal ponto que um dia, proferindo uma palestra para um grupo de intelectuais, disse: *"É maldito o trabalho que estrangula em seus laços uma vida em botão e despedaça a juventude em flor... trabalho que produz riqueza criando a miséria, que dá a vida à máquina tirando-a do homem."*

Educador de menores abandonados, filhos de operários

Após 15 anos de atividades nos Oratórios e em outros colégios quis fazer uma releitura da Teologia e também uma leitura mais aprofundada dos sinais dos tempos na ótica do Evangelho. Retirou-se para Paris e, no Seminário de S. Sulpício, durante um ano todo, sob a orientação de sábios e santos mes-

tres, delineou melhor sua opção de vida. Fortificou o desejo de fermentar a sociedade da época com valores cristãos.

Voltando a Turim em 1866 assumiu a direção do colégio dos "Artigianelli", (colégio dos pequenos artesãos), um internato de órfãos e menores carentes. Nesse abrigo de menores permaneceu até a morte, isto é, por 34 anos.

Mas sua atividade não se limitou às quatro paredes do colégio. Pode-se afirmar que ali no colégio, ele e uma equipe de leigos voluntários, atendiam às conseqüências de uma sociedade pouco organizada, pouco respeitosa da pessoa humana, mas dali partia para procurar as causas da situação inumana vivida pelas crianças empobrecidas, pelas suas famílias e pela grande massa do povo.

O Colégio dos "Artigianelli" tornou-se para Murialdo o lugar mais fecundo de sua formação social. Foi nesse colégio que arquitetou tantas organizações, envolvendo inúmeras pessoas num processo de recuperação, não só dos menores carentes, mas de toda uma sociedade. Em todas estas articulações ele se tornou um verdadeiro precursor da *Rerum Novarum*. Foi no colégio que ele se tornou sacerdote religioso e fundador da Congregação de S. José no dia 19 de março de 1873.

Cosmovisão pedagógica

Murialdo, embora não fosse um grande pedagogo em campo teórico,

o foi na prática. Queria que a educação ministrada aos menores tivesse como centro "*a educação do coração*". Os educadores deviam formar com os educandos "*uma bem unida família*". Ser para eles como "*amigos, irmãos e pais*". Todas as atividades deviam estar a serviço da formação integral dos educandos. Insistia para que a educação não consistisse apenas em instrução científica, mas também na orientação religiosa e na educação para o amor.

A educação integral da pessoa tinha a participação das diferentes entidades sociais, fora do colégio, propositalmente envolvidas por Murialdo. Como exemplo podemos citar o da convocação das mulheres de classe social mais elevada para que se tornassem apóstolas da boa imprensa, assistentes sociais e sobretudo exímias catequistas. Muitas outras pessoas no campo político, econômico e intelectual foram interpeladas por ele para colaborar na construção de um mundo mais justo sem discriminações.

Os menores eram preparados profissionalmente, conforme as aptidões de cada um. Podiam escolher entre estudos teóricos e atividades práticas como: tipografia, pintura, escultura, artes, agricultura. Acima de tudo Murialdo queria que os menores se tornassem bons cristãos, competentes na profissão e líderes sociais. Os menores ficavam no colégio até que tivessem possibilidade de se integrar dignamente na sociedade, num trabalho realizador da

pessoa. Muitos destes menores continuaram no colégio como jovens e adultos, instrutores de outros menores. Foi com estes que Murialdo fundou a Congregação. Do colégio dos "Artigianelli" nasceram e desabrocharam 80 vocações para a Congregação de São José e mais 12 se tornaram sacerdotes e religiosos em outras congregações.

Precursor da Rerum Novarum

Com certeza Murialdo não foi um precursor na elaboração da Rerum Novarum em seus princípios, mas o foi nas organizações por ele articuladas. Também foi precursor no método educativo integral-global, tendo sempre presente a pessoa no seu todo, situada num tempo, convocada a construir o mundo desejado por Deus. Vejamos alguns aspectos que justificam o que se afirma:

A Rerum Novarum trata da questão social. Foi o primeiro pronunciamento oficial da Igreja sobre esta realidade. Um pronunciamento, aliás, muito esperado pelo povo cristão. O documento se divide em quatro partes: a 1ª parte fala sobre a questão social e o socialismo. O coletivismo. Posicionamento da Igreja em defesa da propriedade privada; a 2ª parte fala sobre a questão social e a Igreja. O papa assegura que é um dever da Igreja posicionar-se frente às situações sociais, indicando valores evangélicos; a 3ª parte fala da questão social e os deveres do Estado. Este deve garantir o bem comum, a defesa dos bons costumes, a promulgação de

leis justas que defendam a vida dos trabalhadores, os salários justos; a 4ª parte fala da questão social e as associações do operariado: ação conjunta entre empregados e donos de indústrias, associação cristã de operários.

A participação de Murialdo esteve presente especialmente na terceira e quarta partes das proposições feitas por Leão XIII. Eis algumas realizações promovidas por ele antes da publicação da encíclica: em 1869 faz um pedido ao governo italiano para que regulamentasse as horas de trabalho dos menores e das mulheres, pois chegavam a trabalhar de 14 a 16 horas por dia; em 1871 organiza a União dos Operários Católicos da Itália; em 1876 organiza o encaminhamento de operários para o trabalho; em 1878 promove a organização de sedes campestres para descanso dos operários com suas famílias; neste mesmo ano abriu as primeiras casas-famílias na Itália para acolher os jovens que vinham do interior em busca de trabalho e não tinham onde morar; em 1880 organiza os jovens operários em forma de sindicato; já em 1882 participa na organização dos comitês eleitorais; em 1885 dá vida a uma casa para a recuperação de trabalhadores que sofreram acidentes no trabalho; já em 1888 inicia a previdência social para trabalhadores e organiza uma cooperativa de alimentos para as famílias dos operários.

Para garantir a continuidade de todo esse dinamismo fundou em 1876 o jornal "A VOZ DO OPE-

RÁRIO". Esse jornal ainda existe hoje, em circulação, apenas com o nome de "A Voz do Povo". Além disto organizou as assim chamadas "Catequeses Noturnas", onde os jovens eram orientados nos valores cristãos e em seus direitos de cidadãos. Em 10 anos de catequeses noturnas mais de 35 mil jovens foram orientados. Fez uso também de "Conferências populares", retiros para trabalhadores e colaborou na fundação dos Círculos de Estudos Sociais para aprofundar o estudo da Rerum Novarum após a sua publicação. Fez muito uso da Boa Imprensa através de Bibliotecas Circulantes. Distribuiu gratuitamente muitos impressos e livros com orientação cristã.

A Fonte do dinamismo

Todo esse dinamismo em favor dos operários era alimentado por uma profunda espiritualidade apoiada na Palavra de Deus, que lia e meditava todos os dias, uma grande devoção e veneração pela Eucaristia, grande devoção a Nossa Senhora e a S. José como exemplo de educação, por ter sido o educador de Jesus. Imitação de Jesus, especialmente em dar preferência para os mais marginalizados da sociedade. Também manifestou sempre grande amor à Igreja e especialmente veneração ao Papa. Contou também com o apoio de muitas pessoas leigas, profundamente cristãs que sempre o incentivaram a continuar firmemente nas atividades empreendidas para o bem dos menores e jovens mais necessitados.

Participou assiduamente nos Congressos dos operários na França, na Inglaterra e em outras nações da Europa. Na Itália foi um dos grandes incentivadores da organização dos Congressos católicos de operários. Eis alguns pensamentos pronunciados em congressos sobre a questão social:

"Fé e injustiça social não podem viver juntas. Se a injustiça crescer a fé desaparecerá." *"Os homens bons são muito mais numerosos do que os homens maus, mas não se conhecem e portanto não estão unidos. Nós temos um centro comum: Jesus Cristo e o Papa; nós temos uma programação comum: o Evangelho e o magistério da Igreja; nós temos uma meta comum: a divulgação do Reino e a salvação de todas as pessoas."*

Costumava repetir um pensamento de Mun, um escritor francês: *"Não fiquem de braços cruzados, como pessoas vencidas, vendo as transformações que estão acontecendo no mundo; subam no trem da história com vigor e ardor e procurem dirigi-lo."* *"Hoje, a liberdade matou a liberdade. Os direitos da indústria e da economia mataram os direitos do homem e do cristão. Uma servidão infame foi imposta aos meninos com o trabalho nas oficinas."*

15 de maio de 1891

Nesta data o Papa Leão XIII publicava a tão suspirada encíclica Rerum Novarum. Murialdo estava entre os que solicitaram da igreja

um pronunciamento oficial sobre a questão social. Ele recebeu com imensa alegria a publicação do documento pontifício. Com o mesmo ardor com que vinha organizando os operários, agora luta e continua defendendo os direitos dos mesmos apoiado na voz do Papa. O que valia agora não era mais o seu pensamento, mas o pensamento do Papa.

Através do jornal A VOZ DO OPERÁRIO, junto com colegas, publicou partes da encíclica com oportunos comentários. Dentre as sugestões propostas pelo Papa, em 1896 organizou o secretariado do povo como instância de defesa dos trabalhadores frente a leis injustas.

30 de março de 1900

Ao deixar este mundo, no dia 30 de março de 1900, com 72 anos de idade, Murialdo pôde contemplar vida nova desabrochada em inúmeras atividades em Turim e também em outras regiões da Itália. Pôde também ver o crescimento e a continuidade de sua obra através dos confrades da Congregação de São José, Os Josefinos de Murialdo, por ele fundada a fim de serem na Igreja e na sociedade os educadores dos menores, dos jovens mais marginalizados e serem divulgadores do amor misericordioso de Deus, que ama a cada um de modo infinito, terno, pessoal e atual.

No dia 3 de maio de 1970 o Papa Paulo VI proclamou Murialdo santo da igreja universal, reconhe-

cendo nele um dos pioneiros da ação social cristã na Itália.

Os Josefinos de Murialdo estão presentes hoje na Itália, Espanha, África, Estados Unidos, México, Colômbia, Equador, Chile, Argentina e Brasil. No Brasil atuam nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. O Espírito de Murialdo continua presente nas escolas profissionais, nas paróquias, em obras sociais e em colégios. As Irmãs Murialdinas de S. José atuam na Itália, Chile, Equador e Brasil. No Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

15 de maio de 1991

Os Josefinos de Murialdo e as Irmãs Murialdinas de S. José guardam um pouco do dinamismo de Murialdo e querem ser fiéis aos apelos do Espírito para os nossos tempos que, se divergem pelos anos que passaram, são muito semelhantes nos desafios. Costuma-se dizer que Murialdo foi um santo extraordinário no ordinário. Ele sempre se apoiou no lema "Agir e Calar". Usou de sua sabedoria e santidade para ser esperança e mais vida para os desfigurados de sua época.

Fica para nós o desafio e também a aplicação dos métodos por ele usados, que apesar de serem do passado não estão ultrapassados, como por exemplo: a organização das comunidades populares, a convocação dos leigos para participar em nossas obras num espírito cristão, a luta para que sejam promul-

gadas leis justas, a defesa da vida em qualquer situação, a proteção e a promoção das crianças indefesas, tudo em comunhão com a Igreja Local e Universal.

Uma palavra final

É possível que alguns dos enfoques da *Rerum Novarum* já não sejam hoje tão acentuados. A própria Igreja, através dos sucessores de Leão XIII, soube posicionar-se cada vez mais no coração da questão social com outros pronunciamentos bem oportunos. Citamos aqui os principais: *Quadragesimo Anno* de Pio XI em 15 de maio de 1931; *Mater et Magistra* de João XXIII em 15 de maio de 1961; *Pacem in Terris* também de João XXIII em 11 de abril de 1963; *Gaudium et Spes* do Vaticano II em 1965; *Populorum Progressio* de Paulo VI em 26 de março de 1967; *Octogesima Adveniens* também de Paulo VI em 14 de maio de 1971; *Laborem Exercens* de João Paulo II de 14 de

setembro de 1981; *Sollicitudo Rei Socialis* de João Paulo II de 30 de dezembro de 1987. Agora estamos aguardando o novo documento do Papa, já anunciado, por ocasião do centenário da *Rerum Novarum*.

Como cristãos temos obrigação de estar no meio do mundo do trabalho e da organização social, lembrando o que o Papa João Paulo II diz na *Laborem Exercens*, que o trabalho humano é provavelmente a chave de toda a questão social (LE 3).

Como Religiosos, nossos carismas, de uma forma ou outra, nos interpelam para que estejamos ao lado daqueles que carregam o peso do dia, o peso do trabalho, neste mundo complexo que se volta mais para a técnica e se afasta do ser humano.

A criatividade que brota do Espírito de Deus deve ser a resposta esperançosa que todos podemos oferecer a este povo sofrido, mas que conta conosco. □

Paz & Guerra

Até aqui me apóia a experiência: sempre que alguém se arma — física e/ou psicologicamente — a guerra já está a caminho. Sempre que alguém se arma assim, o caminho do ódio e da destruição começou a ser trilhado. E males sem conta não esperam sinal verde para avançar. Desarmemos, também, os espíritos. Só a união constrói um mundo melhor. A guerra — física e/ou psicológica — não é uma determinação genética para ninguém (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de junho de 1991

Em teoria, ao Religioso e à Religiosa, se abrem todas as formas de atuação compatíveis com a memória básica da Igreja no mundo, desde que mantida, também, a índole fundamental da Vida Religiosa, ou seja, querer atingir pela vida, de modo coerente e como primeiro objetivo, a realização plena e radical do seguimento de Jesus Cristo. Não obstante, **as Congregações sempre privilegiaram a atividade educacional.**

Em outros tempos, numeroso contingente de Religiosos(as) se dedicava, com exclusividade, à **educação formal.** Hoje, porém, quem vive e trabalha na **Escola** tem como objeto imediato e quase exclusivo, também, de seu fazer profissional e/ou ocupacional a desgastante responsabilidade do gerenciamento e da administração econômica e financeira. A este respeito, tanto existe quem deposita nesta atividade ilusões quanto uma carga exagerada de temores. Embora se reconheçam a validade social e a potencialidade evangelizadora da Escola, formou-se e persiste certa sensação de **um ainda-não bem-definido mal-estar** de que algo não está funcionando. Alega-se um descompasso entre o que se é e o que se faz, entre a vida lógica e a pragmática. É verdade: quando alguém não se respeita a si mesmo naquilo a que é chamado a ser por vocação deixa de ver razão naquilo que deveria fazer.

O fazer é decorrência do ser. Mas o fazer vai se moldando e redefinindo o ser, não no sentido metafísico e ontológico, mas no nível psicológico e social. Aquilo que se faz, as circunstâncias em que se faz, o modo de fazê-lo, as pessoas com quem se relaciona para fazê-lo, o lugar social que se ocupa, vão condicionando a maneira de pensar, de falar, de amar e de agir, a ponto de se poder dizer que a postura diante da realidade é, em grande parte, instrumentalizada para fins alheios ao ser e ao modo de sê-lo. Caminha-se por entre estruturas e instituições que contradizem as aspirações mais profundas do(a) Religioso(a).

Para quem dirige, administra e gerencia, a morte econômica é sempre um fantasma. Por isso, é louvável toda ênfase e cultivo da prudência, do bom-senso, da preocupação séria. Mas não se pode trabalhar com a hipótese da supremacia do econômico dando a tudo o mais simples caráter de seqüela e resultado inevitável de suas premissas. A articulação do capital e do trabalho, como fontes da riqueza, em busca de receitas maiores do que despesas, é impotente para gerar e gerir a **Evangelização.** E a Evangelização não é um dos fins da Escola. É o seu único fim. A **Escola Católica**, materialmente expressiva e economicamente bem fundada, porém dissociada da Evangelização, perde sua razão de ser. A eficácia programática — prédios, equipamentos... — não coincide com a eficácia evangélica. O tempo do mundo não se identifica com a hora do Reino.

Resta saber o que ninguém parece poder dizer que sabe, isto é, a resposta a este profundo questionamento qualitativo: **o êxito econômico favorece a evangelização?** A modernização e a sofisticação dos instrumentos e das instalações melhoram a qualidade cristã da educação? Sempre mais tudo isto se faz conteúdo de si próprio, trazendo, então, consigo, a suspeição da **ideologia de uma prática sem princípios** ou de uma prática de princípios frouxos.

Ninguém advoga nem a incúria irresponsável nem um providencialismo ingênuo e temerário. Deus quer responsabilidade socialmente organizada e criticamente consciente e planejada. Mas, definitivamente, **a prosperidade não é a terra dos santos.** Parece que o ardor da atividade evangelizadora diminui na medida em que aumentam os benefícios materiais próprios de uma sociedade de consumo. A força de nossa evangelização precisa estar em saber relativizar a nossa própria força. É na fraqueza humana que a força de Deus manifesta todo o seu poder. Uma sociedade de abundância não produz evangelizadores de fortes convicções religiosas. **O êxito não é critério de missão divina bem cumprida.** Só Deus é a única riqueza que nos liberta de todas as restrições e carências de nosso ser necessitado.

DEUS, que é sempre **PAI**, lhe dê aquela **PAZ**, que é plenitude de bens (materiais), plenitude de bênçãos (espirituais) e plenitude de bem-estar (saúde) que só Ele, Deus, sabe e pode dar e Você tanto merece. Com elevada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator/Responsável/Convergência